

Em 2 de setembro de 2011, um plenário lotado durante o 4º Congresso do PT empunhou crachás cantando as palavras: “Partido, partido é das trabalhadoras”. Acabava de ser aprovada a “paridade de gênero na composição das direções, delegações, comissões e nos cargos com função específica de secretarias” como uma das reformas do estatuto do Partido dos Trabalhadores. Foi uma votação histórica, resultado da luta que havia começado muito antes.

A história das mulheres petistas pode ser considerada a história do próprio Partido dos Trabalhadores. Ainda em 1982, pouco depois da fundação do partido, o 1º Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres confirmou o que seria o começo de uma luta que dura até os dias de hoje. As participantes do encontro afirmaram a necessidade da organização autônoma das mulheres, tendo em vista a situação específica de opressão que vivem, e revelaram as dificuldades em construir uma discussão de gênero dentro do próprio partido. Era o início da organização partidária, com a formação da Comissão de Mulheres, para debater a participação feminina nacionalmente. Em 1992 foi criada a Subsecretaria das Mulheres, vinculada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares; quatro anos depois consolidou-se a Secretaria Nacional de Mulheres, hoje organizada em todos os Estados do Brasil. Porém, a luta das mulheres não se deu em paralelo; o partido encampou o desafio de conjugar as lutas em seus programas e resoluções, mas não sem conflitos e opiniões diversas, que suscitaram avanços não só dentro do partido, mas também no Brasil.

Em poucos anos, ainda em plena luta por estimular a participação política das mulheres e disputar espaços municipais e estaduais nos Conselhos da Mulher, a instalação da Assembleia Nacional Constituinte apresentava a difícil tarefa de se pensar uma Constituição para um país em construção. A nova Carta deveria levar em conta a condição feminina e, entre outras questões, acabou por inaugurar oficialmente, dentro do partido, o debate sobre o aborto, suscitando controvérsias em torno dos diferentes posicionamentos sobre o tema.

O ano de 1988 foi um tempo de intenso debate feminista dentro e fora do partido. Ainda era preciso discutir a tripla opressão das mulheres negras (de classe, racial e sexual), a divisão sexual do trabalho e manter a luta pela participação feminina na política e nos espaços públicos. O 2º Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres se ocupou desses temas, impulsionou a organização de secretarias estaduais e reivindicou a criação de uma Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores.

A ausência das mulheres na política era um dos principais desafios a serem enfrentados. Além de realizar a formação de militantes historicamente restritas ao espaço doméstico, para ampliar a participação era preciso romper o obstáculo do preconceito e denunciar o machismo, não só na sociedade, mas no campo político-institucional. O 3º Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres aprovou a resolução de que o partido deveria apontar garantias para efetivar a participação equitativa entre homens e mulheres. A cota de 30% para mulheres em cargos do partido foi aprovada em 1991, durante o 1º Congresso do PT, traduzindo a intensa discussão e amadurecimento que foi parte integrante da luta por mais igualdade. Os

avanços também se espalharam para além das fileiras partidárias e, em 1997, o Congresso Nacional brasileiro sancionou a Lei n. 9.504, que regulamentava as eleições e indicava a cota de 30% de candidatas mulheres se o restante fosse de candidatos.

A organização política das mulheres do PT envolveu também a participação nas eleições dos municípios, dos estados e das presidenciais, em resoluções que tratavam da mulher trabalhadora, do trabalho doméstico na cidade e no campo e da violência sexual. A firme posição das mulheres do PT de manter a organização autônoma em cargos de direção, no partido e nos cargos públicos em conselhos e coordenadorias da mulher, certamente contribuiu para que fosse possível o Brasil eleger sua primeira presidenta em 2010.

A história das mulheres no Brasil é marcada por lacunas e silêncios. No entanto, dentro do Partido dos Trabalhadores, elas exerceram forte protagonismo, que extrapolou os limites partidários e impulsionou avanços em prol da igualdade de direitos na sociedade brasileira até os dias de hoje. Foi para mostrar parte desse protagonismo que *PERSEU* reuniu uma seleção da documentação produzida por elas e sobre elas e que está sob a guarda do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo (CSBH-FPA), na expectativa de estimular o interesse e novas pesquisas sobre o tema de uma história que ainda está por ser escrita.

a) RELATÓRIO DO 1º ENCONTRO NACIONAL DO PT SOBRE O MOVIMENTO DE MULHERES

Este relatório tenta ser fruto e síntese de nossas discussões no 1º Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres, realizado nos dias 19 e 20 de junho passado em São Paulo. Foi feito a partir das discussões em grupos e em plenária sobre os itens “O PT e o Movimento de Mulheres” e “A organização das mulheres no PT”. Tem como objetivo remeter o conjunto das discussões que fizemos nesses pontos, tanto as polêmicas quanto os pontos consensuais – para o conjunto do Partido, via Direção Nacional, estimulando todas as petistas a participarem dessa discussão e a se organizarem no Movimento de Mulheres.

Discorreremos abaixo sobre os principais pontos que foram discutidos nestes itens da pauta:

O que são problemas específicos da mulher

A questão da especificidade não foi inteiramente discutida, inclusive por falta de condições para um aprofundamento de todo o tema. Apontou-se, no entanto, consensualmente, que existe uma opressão específica sobre a mulher a partir de sua condição enquanto “sexo feminino” e que faz parte da opressão geral sobre o conjunto da população explorada. Nesse sentido, houve acordo de que não existe uma contraposição entre a “luta geral” e a “luta específica”, porque a questão da mulher permeia todos os problemas da sociedade. As mulheres estão presentes nas escolas, nas fábricas, nas vilas, no campo – e, com elas, a sua condição de oprimidas.

Isto é, qualquer luta levantada por mulheres pode ser encarada do ponto de vista feminista e, portanto, assumida pelo Movimento de Mulheres. Para exemplificar, dentro de um movimento por creches pode-se questionar por que são as mulheres que se preocupam sozinhas com os filhos, ou nos movimentos contra a carestia perguntar porque são elas as responsáveis pela economia doméstica, e a partir daí desenvolver toda uma discussão sobre o papel da mulher na sociedade, puxando, a partir da compreensão desenvolvida, outras reivindicações.

Destacou-se nesse ponto a questão da mulher negra, que é ainda a mais oprimida por sua condição racial. Porém, esse é um ponto que deve ser muito mais aprofundado pelo Movimento de Mulheres.

O caráter e a autonomia do Movimento de Mulheres

Viu-se que a luta das mulheres é de caráter permanente. Não é apenas ocasionalmente que as mulheres enfrentam problemas. Estes se expressam no cotidiano, e a partir daí, vê-se claramente a necessidade de que as mulheres tenham instâncias para suas discussões e organização. O espaço próprio nas suas questões é a garantia das mulheres para que o movimento tenha a capacidade de encaminhar lutas. Surge assim, nesse ponto, a questão da autonomia do movimento de mulheres, que foi a

mais discutida, até pelo conjunto de dúvidas e polêmicas que se levantaram, em particular quanto à relação entre o Partido e o Movimento.

A relação do PT com o movimento de mulheres

Houve concordância de que todos os movimentos sociais são autônomos – o que já é uma questão assumida pelo Partido – e que, no entanto, se relacionam entre si na medida em que suas dinâmicas se interligam. Portanto, o PT, na medida em que é um partido que nasce dos movimentos populares, incorpora as reivindicações e lutas do movimento, integrando-as não apenas como reflexo, mas articulando-as em seu projeto de transformação da sociedade. Assim, a luta contra a opressão das mulheres é parte da luta geral do partido por uma sociedade mais justa, uma sociedade socialista.

Houve, porém, divergências quanto a como se dá a intervenção do Partido no movimento. Transcrevemos abaixo as duas formulações que sintetizam as posições divergentes:

1. Não defendemos um partido-reflexo, ou seja, um partido que simplesmente reflita o movimento, mas pensamos que o Partido é um instrumento que articula as políticas do movimento dentro de um projeto global de transformação social, sem substituir os movimentos nem bloquear suas iniciativas.

Nós, militantes feministas do PT, não nos diferenciamos das militantes feministas, no sentido de que não nos acreditamos uma vanguarda. Nossa consciência feminista formou-se no movimento, se expressa e se enriquece no Partido, onde se articula com nossa consciência de classe.

Da mesma forma, nossa atuação no movimento está vinculada por essa perspectiva política que temos enquanto militantes do PT.

Nosso respeito à autonomia do movimento significa que lutamos dentro dele, não nos diferenciamos qualitativamente, nem pretendemos impor nossas propostas.

Nossa política feminista se faz dentro do Movimento de Mulheres. Não queremos um movimento das petistas, nem nos impedimos de defender no movimento as propostas que achamos mais justas.

2. “O PT, enquanto um partido que visa a transformação radical da sociedade, do ponto de vista dos trabalhadores, nasceu da politização e da necessidade dos trabalhadores e setores oprimidos de terem sua organização política nacional independente. Assim sendo, o PT não só absorve as bandeiras legitimamente levantadas pelos movimentos sociais, bem como as sintetiza, fazendo-as avançar, e coloca suas propostas políticas para o movimento com a clara perspectiva de politizá-lo e de fazê-lo avançar organicamente pela base, e democraticamente.

Essa perspectiva do PT também se coloca para o Movimento de Mulheres. As militantes petistas, respeitando a autonomia, a unidade e a realidade objetiva do Movimento de Mulheres, devem intervir e trabalhar junto às mulheres, propondo lutas e incentivando formas de organização próprias do movimento, que façam avançar a consciência feminista, o seu potencial de mobilização e a sua organização pela base, unitária e democrática.

Sobre a organização das mulheres

Todas as presentes viram a necessidade de as mulheres se organizarem pela base, em estruturas próprias e democráticas. Hoje, essa não é ainda a realidade do movimento, que é frágil. Por isso, se afirmou a necessidade de o PT se propor a estimular e fortalecer a construção dessas estruturas. Nesse sentido, houve um repúdio geral às Federações¹, que hoje não correspondem a uma necessidade do próprio Movimento de Mulheres.

A partir da construção de movimento e de suas lutas, as mulheres devem procurar se unificar. Nos preocupamos em refletir como se dá a unificação das mulheres, já que o movimento se apresenta bastante disperso, com dificuldades de fôlego para acompanhar a polarização que se coloca na sociedade hoje. Vimos que um caminho seria o de impulsionar as coordenações de lutas unitárias do conjunto das mulheres. Ou, ainda, as coordenações de grupos que se articulam para o trabalho com mulheres. A discussão não foi aprofundada o suficiente para que fosse definido se o movimento deve ou não se estruturar através de entidades centralizadas de mulheres.

A organização interna – Comissões de Mulheres do PT

Nota-se que muitos companheiros e companheiras ainda não entendem a importância da organização própria das mulheres e o que é a especificidade feminina.

Isso se refletiu no próprio encontro, onde se sentiu fortemente o descaso da grande maioria dos Diretórios Regionais em relação a essa questão. O encontro reafirmou a necessidade de as petistas se organizarem internamente, havendo acordo quanto à manutenção das Comissões de Mulheres.

O caráter dessas Comissões de Mulheres do PT² define-se por: serem comissões internas, de assessoria a todas as instâncias do Partido; são comissões de trabalho que têm como função levantar as questões da opressão das mulheres, impulsionar a sua discussão para que seja levada a todo o Partido, objetivando que sejam assumidas pelo conjunto. As Comissões de Mulheres do PT devem trabalhar no sentido de instrumentalizar as militantes petistas para atuarem no Movimento de Mulheres, sempre respeitando a autonomia do movimento.

Entende-se que as comissões se submetem às instâncias de direção e, como consequência, não devem ter representação nos diretórios, pois a direção do Partido é composta por aquelas pessoas eleitas pelo conjunto do Partido.

Não houve, contudo, maior aprofundamento sobre toda a relação orgânica que se estabelece entre essas comissões e as instâncias do Partido. Mas, a princípio, apontou-se a aceitação sobre o encaminhamento que o próprio Diretório Nacional deu, ou seja, que seriam comissões ligadas à Secretaria de Movimentos Populares.

Introduzimos em forma de nota o trecho abaixo porque, embora tenha sido levantado por algumas companheiras que acharam importante a sua inclusão neste relatório, ele não foi discutido pelo encontro:

Levantou-se também a questão dos departamentos femininos. Algumas pessoas advertiram que é preciso ter cuidado com as direções pelegas de alguns sindicatos que podem se apropriar dos departamentos femininos, aparelhando as lutas das mulheres. Outras pessoas levantaram que, além disso, é preciso ter cautela com

a ligação da organização específica das mulheres com a própria estrutura sindical, podendo ferir o direito das mulheres decidirem suas lutas independentemente da diretoria, das instâncias, do programa da categoria.

I Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres

Fonte: Partido dos Trabalhadores. *Relatório do I Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres*, 1982. Acervo CSBH-FPA. 3p.

NOTAS

¹ As federações foram organizações de mulheres com o intuito de promover a igualdade fundada pela Federação de Mulheres do Brasil, e que existiu entre os anos 1949 e 1965. Nos anos 1980, A FMB se tornou a Confederação das Mulheres do Brasil e se organizava nos mesmos moldes que a entidade que a antecedeu. (N. da Ed.)

² As Comissões de Mulheres do PT foram o início da organização de mulheres dentro do partido. (N. da Ed.)

b) MULHER: GANHA MENOS, TRABALHA MAIS, É A PRIMEIRA A PERDER O EMPREGO E A ÚLTIMA A SER ELEITA PARA UMA CONSTITUINTE

Eduardo M. Suplicy

Dia 8 de março foi o Dia Internacional da Mulher. Engraçado que não há dia internacional do homem. Se refletirmos bem por que, chegaremos logo à conclusão: só se pensou em criar o Dia da Mulher porque ela está numa pior, em grande desvantagem em relação ao homem, no Brasil e no mundo. E não será fácil modificar o atual quadro.

Basta observar que na Constituinte, apesar do esforço realizado por grande número de mulheres e movimentos organizados, estão apenas 26 mulheres entre 487 deputados federais e 72 senadores.

O PT deu uma contribuição, pois temos duas parlamentares, Irma Passoni (SP) e Benedita da Silva (RJ), numa bancada de 16 deputados federais, ainda bem aquém do que seria de se esperar em termos de participação da mulher.

Como assegurar maior igualdade de oportunidades e de direitos entre as pessoas de diferentes sexos, ainda mais distante das desigualdades típicas da sociedade paulista e dos fatores discriminatórios presentes no Brasil, como a raça e a idade?

A participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA), isto é, aquela que está voltada para o mercado de trabalho, incluindo as pessoas que são empregadoras e que trabalham por conta própria, vem aumentando significativamente nas últimas décadas. Passou de 13,6% em 1950 para 27,4% em 1980; e atingiu 33,1% em 1984. Neste ano, segundo o IBGE, a População Economicamente Ativa era de 52.443.112 pessoas, das quais 35.084.825 homens e 17.358.287 mulheres.

Do total da população masculina de 10 anos ou mais, 74,6% eram economicamente ativas, em 1984; 19,1% exerciam atividades no setor primário (agropecuária, produção extrativa vegetal e animal, como a pesca); 11,8% no setor secundário (indústria de transformação, de construção e outras) e 69,15% no setor terciário (comércio, serviços, transportes, comunicações, administração pública). Há de salientar que um grande número de mulheres, das mais variadas profissões, além de trabalharem na roça, ou como professoras, secretárias, balconistas ou médicas, realizam também uma segunda jornada de trabalho, não remunerada, em serviços caseiros ou como mães, em especial quando os maridos não dividem as funções domésticas com equidade, comportamento frequente de militantes políticos, dos partidos mais reacionários aos mais progressistas, incluindo o PT.

Em 1984, o Brasil continuava a apresentar dados de flagrante desigualdade, pois os 50% mais pobres recebiam 13,6% do rendimento total, praticamente a mesma parcela apropriada pelo 1% mais ricos da população economicamente ativa (13,4%). A desvantagem para as mulheres era evidente: quase um quarto da PEA feminina (23,5%) ganhava meio salário-mínimo ou menos. Outros 18,9% ganhavam de um a

dois salários-mínimos. Somente 4,4% recebiam de cinco a dez salários-mínimos. Não tinham nenhum rendimento 13,2% da PEA feminina. Já entre a PEA masculina, no mesmo ano a situação era bem diferente: apenas 6,8% ganhavam até meio salário-mínimo, e no outro extremo 9,3% ganhavam mais de cinco a dez salários-mínimos; 5,7% mais de dez salários-mínimos. Havia 8,0% sem rendimento.

A proporção maior de mulheres (13,2%) do que de homens (8%) sem rendimento na PEA indica que as primeiras estão mais sujeitas ao desemprego. Isso é confirmado pelas taxas de desemprego calculadas na Grande São Paulo pelo Dieese¹ e Fundação Seade²: de outubro a dezembro de 1986, quando a taxa de desemprego atingia 7,3% da população economicamente ativa, ela era de 6% entre os homens e de 9,2% entre as mulheres. No mesmo período de 1985 o desemprego atingia 7,9% entre homens e 12,8% entre as mulheres.

Em números absolutos, em que pese a PEA feminina ser cerca da metade da masculina, o número de mulheres ganhando até meio salário-mínimo (3.889.700) era maior do que o de homens (2.301.200). Já de outro lado do espectro, na faixa de cinco a dez salários-mínimos, havia quatro vezes mais homens do que mulheres; e na faixa de mais de dez salários-mínimos, quase sete vezes mais homens do que mulheres.

O desafio de criarmos instituições e de desenvolvermos valores e atitudes que garantam efetiva igualdade de direitos entre homens e mulheres é na verdade de todos nós. O PT, por seu turno, ainda está longe de dar o exemplo devido nessa questão; em que pese termos eleito algumas parlamentares, as duas federais já citadas e seis deputadas estaduais: Luiza Erundina de Souza, Telma de Souza e Clara Ant em São Paulo; Sandra Starling em Minas Gerais; Lúcia Arruda no Rio de Janeiro; e Luci Choinaski em Santa Catarina. Não temos uma mulher sequer atualmente na executiva nacional de vinte componentes e há apenas quatro mulheres entre os 83 membros do Diretório Nacional.

Fonte: *Boletim Nacional*, nº 26, abril de 1987.

NOTAS

¹ O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) é uma entidade fundada pelo movimento sindical brasileiro, em 1955, para desenvolver pesquisas que fundamentem as reivindicações dos trabalhadores. (N. da Ed.)

² A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), vinculada a Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, é um centro de referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas. (N. da Ed.)

c) O DEBATE DO ABORTO: O PARTIDO APROVA A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DIREITO À PRÁTICA DO ABORTO EM CARÁTER INDICATIVO

Comissão Executiva Nacional do PT

A última reunião do Diretório Nacional do PT (Cajamar, 11 e 12 de abril) extraordinária e ampliada, tomou várias decisões sobre pontos omissos ou polêmicos do anteprojeto de Constituição do professor Fábio Konder Comparato. Um desses pontos – e o que mais controvérsias provocou na reunião – foi o do aborto.

A decisão final do DN é seguinte: abre-se, desde já e até o próximo Encontro Nacional, marcado para 4, 5 e 6 de dezembro de 1987, um amplo e aprofundado debate sobre a questão dentro do Partido e entre o PT e a sociedade. Durante esse debate, os filiados do PT – parlamentares ou não – ficam liberados para defender suas posições, levando em conta que a decisão indicativa para o tema, tomada por maioria de votos do DN na citada reunião, é a garantia constitucional ao direito da prática do aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases.

Essa difícil e realista deliberação do Diretório Nacional somente foi adotada após exaustiva discussão, na qual tomaram parte mais de vinte companheiros e graças à mediação de uma comissão composta pelos deputados federais Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno Neto e Benedita da Silva; estadual Ivan Valente (SP); e da companheira Diná Lemos, delegada do Diretório Regional do Rio Grande do Sul.

Durante as discussões formaram-se, em termos gerais, três principais correntes de opinião.

Uma delas procurou não incluir o tema do aborto no Projeto de Constituição do PT, reservando a questão para uma época posterior à promulgação da nova Carta Magna, quando se travarem debates nacionais sobre a reforma ou adaptação dos Códigos Civil e Penal em função da Constituição que vier a ser aprovada. Os argumentos principais em favor dessa tese foram: 1) a escassez de debates havidos até agora no interior do Partido e fora dele; 2) os problemas éticos, além dos de outra natureza, envolvidos na questão; 3) o fato de que se trata de um assunto de consciência individual e, assim, não sujeito a normas partidárias; 4) a delicadeza do tema, visto à luz das forças sociais que compõem e apoiam o PT.

Uma variante dessa corrente aceitaria a inclusão do tema, mas apenas nas Disposições Transitórias da Lei Magna, remetendo o assunto a um plebiscito popular que definiria a questão antes da promulgação. Outra corrente, defendendo ou tolerando a inclusão do tema no Projeto da Constituição do PT, propôs a descriminalização do aborto, com assistência da área estatal de saúde, mas sem a consignação da garantia da prática como princípio constitucional. Os principais argumentos dessa tese defenderam: 1) o reconhecimento de que o aborto é praticado, e em grande escala, no Brasil; 2) a constatação de que se encontra entre as camadas populares a maioria das mulheres que se tornam vítimas da prática de aborto; 3) a necessidade de extirpar ou combater as “clínicas” clandestinas e os métodos condenáveis do ponto de vista médico.

A terceira corrente defendeu a inclusão do tema com um conteúdo específico: a garantia constitucional do direito à prática do aborto – o que pressupõe a descriminalização, mas vai além –, com a obrigação de o Estado prestar assistência sob todos os aspectos e em todas as fases. Os argumentos principais dessa corrente foram: 1) o aborto não é apenas um problema individual, mas também de saúde pública, e social, e portanto político; 2) na Assembleia Nacional Constituinte é quase certo que surjam projetos proibindo o aborto, mantendo ou intensificando a criminalização vigente, e a bancada do PT precisa ter uma orientação definida e clara a respeito; 3) a mera descriminalização não eliminará de fato as práticas clandestinas e nocivas à saúde; 4) só a garantia constitucional do direito à prática poderá obrigar o Estado a prestar assistência efetiva.

Houve também raríssimos pronunciamentos a favor da proibição, constitucional ou não, do aborto.

Está, portanto, aberto o debate sobre o aborto. A discussão do tema nunca foi vedada no Partido, tampouco foi organizada de forma sistemática e ampla, quer pelos que o condenam, quer pelos que o defendem, que pelos que defendem a garantia constitucional de sua prática. As circunstâncias constituintes colocaram o Partido na contingência de ter e fazer uma opção clara, em curtíssimo tempo. Esse tempo deve ser muito bem aproveitado.

Fonte: *Boletim Nacional*, nº 27, maio de 1987.

d) UMA CLASSE DE DOIS SEXOS

Elisabeth Lobo

O mais provável é que um bando de mocinhas,
infelizes operárias de fábricas, imitou o gesto da garotada
tomando conta de três elétricos no largo da Sé.
(*O Estado de S. Paulo*, 13/07/1917)

Desde os tempos de Revolução Industrial, as mulheres e as crianças trabalharam nas fábricas tanto quanto os homens. Mas na consciência virtuosa dos patrões essa era uma presença incômoda. A fábrica não deveria ser lugar de mulher. A elas cabia muito mais cuidar que seus filhos fossem saudáveis para um dia trabalharem para os filhos de seus patrões, manter seus homens disciplinados e regrados, longes das obscuras tabernas do vício. Assim pensavam os bons burgueses, enquanto suas máquinas infernais engoliam sempre mais mulheres, sempre mais crianças. Os bons burgueses fingiram acreditar, e os operários ingenuamente acreditaram, que a passagem das mulheres pelas fábricas era apenas provisória. Mas não foi assim. E as mulheres permaneceram operárias não só nos ciclos de expansão do capital, como reservas dos homens, mas a própria lógica de produzir sempre com mais lucro e conseguir um trabalhador ideal para cada tarefa terminou atribuindo um sexo para cada tarefa, para cada trabalho, para cada função. Um homem é melhor torneiro mecânico, uma mulher é melhor montadora. Para o capital, o trabalho também tem sexo.

No Brasil não foi diferente. As costureirinhas e as operárias têxteis foram parte da classe operária brasileira do início do século XX. E enquanto sociólogos imaginavam que o desenvolvimento do capitalismo industrial alijaria as mulheres do trabalho fabril, no final dos sombrios anos 1970 descobriu-se que das fábricas do milagre saíam milhares de costureiras, operárias têxteis, operárias de montadoras de autopeças e das indústrias eletroeletrônicas, operárias de embaladoras e operárias das indústrias farmacêuticas. Não só as mulheres não tinham sido afastadas do trabalho industrial, como seu número crescera e elas estavam agora trabalhando em outros ramos industriais e não apenas naqueles tradicionalmente “femininos”: costura e vestuário.

Ser operário é igual ser operária?

Em 1970, as trabalhadoras eram 18,8%, do total de trabalhadores na indústria. Em 1980 já eram 24,5% deste total. Se observarmos os ramos de indústria, eles são, em 1976, 10,5% do total de trabalhadores metalúrgicos, 31,1% dos trabalhadores nas fábricas de material eletroeletrônico e 34,6% no setor que compreende as indústrias químicas farmacêuticas, de perfumaria e de material plástico (se considerarmos os subsectores, como perfumaria ou farmacêutica, são mais de 40%).

A descoberta não só pôs por terra as teses acadêmicas, mas surpreendeu também os sindicatos. Se a classe afinal é feita de homens e mulheres, será que ser operário é igual a ser operária?

Parece que não. Basta dar uma olhada nos salários e nas qualificações. Os salários médios das mulheres na indústria em São Paulo são entre 50% e 60% inferiores ao salário médio dos homens. Isso significa que a maioria delas se concentra nas faixas salariais mais baixas. Além do mais, só 8% das operárias em São Paulo estão em funções consideradas qualificadas.

Assim a classe operária está dividida. Da mesma forma como a sociedade divide trabalho manual e trabalho intelectual, divide também trabalho feminino e trabalho masculino. À primeira vista é uma divisão “natural”, afinal homens e mulheres não são diferentes? As mulheres não são mais pacientes, delicadas, têm dedos finos e habilidade manual? Só que essa aparente naturalidade, aproveitada pelos patrões, faz das mulheres eternas montadoras de rádios e televisores, eternas costureiras dos bancos do seu Volkswagen, sem possibilidade de promoção e em funções consideradas desqualificadas, apesar da destreza e da habilidade necessárias dos anos de prática que exigem. Trabalho desqualificado, que não precisa de diploma para aprender, é “trabalho de mulher” e vale menos. E trabalho de homem é só qualificado? Nem sempre; às vezes só exige força, como o embalador que põe um televisor na caixa. Só que ele ganha um pouco mais do que a montadora, para “estimular”, porque “senão não aguentaria”. Assim, a diferença entre trabalho natural e trabalho que se aprende nem sempre explica a desvalorização do trabalho feminino. Temos de ir mais longe e buscar na história mesmo das nossas sociedades essa hierarquia que se estabeleceu entre os sexos e que fez das mulheres “o segundo sexo”. E nem adianta dizer que é culpa do capitalismo porque não foi ele que a inventou, mas o que é certo é que dela se serve muito e com muitos lucros. A dominação de um sexo pelo outro, a divisão sexual do trabalho, permite aos patrões desqualificar tarefas, manter um grupo operário sem promoção, sem formação, enquanto a sociedade e o Estado também aproveitam o trabalho doméstico, gratuito, de todas as mães de família que alimentam e cuidam dos filhos, maridos e de si próprias para que sua força e sua saúde sirvam ao dinamismo da indústria brasileira. Tudo isso por um pouco mais de um salário-mínimo e certamente muito mais do que as 80 horas semanais que fazem a fortuna de Antonio Ermirio¹.

A armadilha da divisão sexual do trabalho

Se a divisão sexual do trabalho e a submissão sexual criam situações diferentes dentro de uma classe igualmente explorada, elas têm também consequências e expressão no movimento operário. Os capitalistas desde sempre se aproveitaram dela para dividir a classe, para estabelecer uma aparente concorrência entre homens e mulheres, como se as mulheres tirassem o trabalho dos homens, diminuíssem o seu salário. E os sindicatos muitas vezes caíram na armadilha. Ao contrário, o diagnóstico da divisão sexual do trabalho, de suas implicações e vantagens para os patrões, deve ser um ponto de partida para outra análise e para outra prática: de que não há dignidade sem igualdade e de que abolir a opressão passa por abolir também a submissão das mulheres. Se a classe operária tem dois sexos, operários e operárias desigualmente partilham a condição operária. As falas das operárias que desde 1978 reaparecem no discurso do movimento são o melhor documento sobre a dominação do “segundo sexo” na fábrica. E são também um desafio: “A luta contra a dominação

das mulheres não está dirigida, como a luta anticapitalista, contra as estruturas da sociedade; ela se dirige em cada um de nós, ao que nos é mais íntimo e nos parece mais seguro. Contesta até nossos desejos e nossos prazeres. E preciso não recuar diante desta contestação, mas além das feridas que ela nos provocara, destruirá também algumas de nossas limitações, e abrirá caminho para novas verdades” (Simone de Beauvoir).

Fonte: *Boletim Nacional*, Edição Especial 1º de Maio, 1988, p. 8.

NOTA

¹ Industrial brasileiro. Em 1986, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, em seguida, lançou sua candidatura à sucessão de Franco Montoro no governo de São Paulo. (N. da Ed.)

e) TRÊS VEZES DISCRIMINADA

Sueli Chan Ferreira

Falar e pensar a mulher negra na sociedade brasileira implica entender a complexidade do ser negra numa sociedade construída sobre os alicerces classista, racista e patriarcal. Certamente, essa discussão não se esgota, assim como não se iniciou num artigo e muito menos em grandes teses a respeito da realidade das mulheres negras no Brasil e no mundo, mas passa principalmente pela sua organização, no sentido de conscientizarem-se de sua tríplice discriminação (de classe, racial e sexual), engajando-se então nas lutas gerais e específicas dos trabalhadores e oprimidos pelo fim da exploração e opressão, o que remete à discussão e ao compromisso dos setores progressistas da sociedade brasileira no sentido de contemplar, no conjunto das reivindicações da classe trabalhadora e dos oprimidos em geral, a luta das mulheres negras.

Nesse sentido, a necessidade de discutir a questão coloca-se em espaços de lutas sociais fundamentais, ou seja, nos movimentos sindical e popular, passando basicamente pelos movimentos negro e feminista. E é com essa compreensão que entendemos que o Partido dos Trabalhadores em muito contribuirá para essa discussão, pois, nascido das bases dos movimentos sociais (sindical e popular), incorporou às suas bandeiras setores específicos essenciais, quais sejam as mulheres e os negros. Embora esses setores estejam contidos, na sua grande maioria, na classe trabalhadora, são tratados pela classe dominante enquanto “minorias”. Certamente são minorias no que diz respeito à sua participação efetiva no poder, no entanto, são maioria enquanto contingente populacional. Só a população negra representa 44% da população brasileira, em que aproximadamente a metade das mulheres, flagrantemente, se encontra na base da pirâmide social e econômica.

Objeto sexual

Vale lembrar aqui a trajetória da mulher negra no Brasil. Embora trazida da África em proporções menores que o contingente masculino – no atendimento dos comerciantes de escravos, as mulheres significavam um ônus maior na medida em que, estando grávidas, contribuiriam na diminuição da produção –, cumpriam os mesmos trabalhos no cultivo e colheita das grandes produções de açúcar, algodão, na extração de minério, além de servirem às famílias dos senhores de escravos na casa-grande. Porém, as maiores humilhações destinadas às mulheres negras eram submetê-las às luxúrias dos seus senhores, além de amamentarem os filhos da casa-grande. Forçadas à condição de objeto da exploração sexual, as amas de leite eram constantemente transformadas em mercadorias de aluguel, aumentando assim as “rendas” de seus senhores, situação essa que as impedia de manter uma relação mais próxima e necessária com seus filhos.

Comparando-se com a luta das mulheres nos nossos dias, as reivindicações por creche, garantia de licença-maternidade, entre outras, feitas pelos movimentos feministas, refletem ainda o descaso dos governantes para com a mulher trabalhado-

ra. Isso se agrava no que diz respeito às mulheres negras, que, na sua grande maioria (80% no setor de prestação de serviços), trabalham como empregadas domésticas. Deve-se lembrar que essa categoria de trabalhadoras não tem ainda garantidos direitos trabalhistas tais como: piso salarial, descanso remunerado, folga semanal, férias de 30 dias, FGTS¹, além da jornada de trabalho regulamentada.

O importante papel desempenhado pelas mulheres negras na luta de resistência à escravidão e à opressão secular é uma realidade nas suas vidas. Nomes como Dandara², grande guerreira de Palmares, como Luiza Mahin³, uma das líderes do movimento pela libertação dos negros escravizados, são omitidos da história oficial, no sentido de não reconhecer na força negra feminina um dos baluartes da verdadeira liberdade dos oprimidos. Traçando aqui também um paralelo com as lutas atuais, é interessante perceber que a mulher negra, mantendo sua tradição de luta, encontra-se engajada nas lutas populares e, observando em especial o movimento negro, as mulheres negras representam um contingente significativo no seu interior.

8 de Março

Tanto o movimento negro quanto o movimento de mulheres, no entanto, ainda não conseguiram tratar com a devida necessidade a questão específica da mulher negra, que, reafirmamos, sofre uma tríplice discriminação. Embora essa seja ainda uma realidade dos movimentos, foi interessante observar a tônica dada pelas mulheres negras no último dia 8 de março, evidenciando a questão da mulher, em especial da mulher negra, aqui em função do Centenário da Abolição, até porque começa-se a reconhecer o papel da mulher e sua organização na sociedade brasileira. Mas foi efetivamente nas ruas que as mulheres negras, em particular em São Paulo, demonstraram sua participação nas lutas do dia a dia, levantando bandeiras gerais e específicas.

Foram ainda as mulheres negras que deram a tônica festiva e política aos 8 de março deste ano, diferentemente das manifestações de anos anteriores, empregando nessa manifestação de rua a marca do povo negro. Para quem se lembra, a palavra de ordem: “8 de Março, o que é, o que é: Dia Internacional da Mulher. A mulher não é chofer de fogão, não, não, não”, foi puxada com o ritmo do afoxé. Somada a outras palavras de ordem: “Melhor que lavar prato é estar no Sindicato”, esta puxada pelas sindicalistas, trouxe à manifestação um colorido só possível para aquelas que se engajam na luta por melhores condições de vida sem perder a vitalidade e a beleza que lhes é peculiar.

Em muitos outros espaços de luta, a população negra há de reivindicar, junto com todos aqueles que lutam pela mesma causa, uma sociedade verdadeiramente justa, onde sejam abolidas todas as formas de exploração e opressão.

Fonte: Boletim Nacional, nº 35, maio de 1988.

NOTAS

¹ O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é um direito trabalhista criado na década de 1960 para proteger o empregado demitido sem justa causa. No início

de cada mês, os empregadores depositam, em contas abertas na Caixa Econômica, em nome dos seus empregados e vinculadas ao contrato de trabalho, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário. (N. da Ed.)

² Dandara é a guerreira que lutou pelo Quilombo de Palmares ao lado de seu companheiro, Zumbi. Quilombo era um local onde negros que fugiram do cativeiro se organizavam política e socialmente. Palmares é localizado na serra da Barriga, em Alagoas, e teve seu maior período de crescimento entre os anos 1630 e 1650. (N. da Ed.)

³ Luiza Mahin foi uma africana livre, escravizada ilegalmente, que viveu no Brasil na primeira metade do século XIX e participou da Revolta dos Malês na Bahia, um levante abolicionista liderado por escravos islâmicos em 1837. (N. da Ed.)

f) NÚCLEO DE MULHERES DO PT

Podemos claramente constatar que os movimentos de mulheres se encontram muito aquém do necessário para efetuarmos nossa luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. O que observamos são movimentos assistencialistas sem nenhuma visão político-sócio-histórica da condição da mulher oprimida, sem questionamento sobre os porquês dessa opressão, mas apenas constatando os fatos do cotidiano, carregado de discriminação e exploração.

Infelizmente a maioria dos movimentos de mulheres tem uma visão parcial dos nossos problemas e, em especial, da mulher trabalhadora. Jamais ligando a exploração do sexo feminino à exploração feita pelo capital, tampouco tocando na questão fundamental da luta de classes.

Algumas entidades “representativas” de mulheres desenvolvem uma política equivocada, colocando o feminismo em segundo plano, ou seja, achando prioritária a construção do socialismo (stalinista, burocratizado ou social-democrata) e que depois, por si só, essa questão da opressão se resolve; quando podemos observar historicamente que países como União Soviética, Cuba, Albânia e outros já fizeram a sua revolução e, no entanto, o machismo é vigente. Temos ainda a Nicarágua, que se encontra em processo revolucionário, onde já vemos alguns avanços nesse sentido, mas a supressão do machismo se coloca ainda como uma das mais árduas tarefas.

A política do Estado em relação à mulher é típica de qualquer governo burguês, ou seja, quase nada. Limita-se ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (Cedim), não tomando muito conhecimento da política desenvolvida por esse órgão, e uma delegacia da mulher que não funciona nos finais de semana (período em que ocorre o maior número de espancamentos).

As organizações de mulheres mantêm uma relação social com o Estado.

O Partido dos Trabalhadores/AL, como um todo, nunca teve discussão sobre o Cedim ou qualquer assunto relacionado com a mulher; porém, o Núcleo de Mulheres do PT/AL já.

No nosso estado, temos uma situação *sui generis*. No governo da ditadura houve pressão por parte de alguns setores preocupados com a situação da mulher, reivindicando a criação do conselho. Com essa criação veio a nomeação de sua presidente, que se deu através de portaria, tendo seu nome sido escolhido em uma lista tríplice apresentada por sete entidades de mulheres no início de 1986. Terezinha Ramires, já naquela época filiada ao PT, não teve nenhuma discussão com o partido e nem este se manifestou, pois na época mal existia enquanto tal. Atualmente sua presidente faz parte do núcleo e tenta implementar uma política petista, abrindo espaços para o núcleo sempre que possível. As discussões ainda se encontram em fase inicial; não definimos nada de concreto por falta de experiência e maior aprofundamento, o que já está sendo providenciado.

Nossa linha de feminismo é bem clara e objetiva. Defendemos a necessidade de organização da mulher, sua luta específica paralela ao engajamento nas questões políticas mais amplas, como a sindical, partidária, estudantil etc. Vemos o fim da opressão e exploração da mulher como fundamental e imprescindível na construção do socialismo. É de máxima importância para nós que não sejamos confundidas com

certas feministas que defendem o mesmo “direito” libertário do homem e sair nas ruas querendo igualdade, quando quer apenas se livrar das obrigações domésticas e continua educando os filhos de forma machista. O que queremos não é a inversão de papéis, a mulher agora passar a oprimir o seu opressor; mas sim a igualdade entre ambos. Isso requer que a mulher se imponha mais e os homens assumam conjuntamente as tarefas domésticas e a criação dos filhos.

Temos clareza da necessidade de elaborarmos nossas reivindicações e levarmos aos nossos companheiros para lutar por elas nos seus acordos sindicais. É urgente que as mulheres trabalhadoras tenham o mesmo salário do homem pelo mesmo trabalho e deixem de sofrer discriminações por ser o sexo procriador da massa trabalhadora. Não vemos as reivindicações de creches, lavanderias coletivas etc., como reivindicações das mulheres, por compreendermos que estas são da classe trabalhadora. Porém, temos consciência de que nós próprias é que faremos os homens assumirem isso.

Não podemos cometer o equívoco de certa linha feminista que não vai além das questões salariais, não concebendo a mulher como sujeito histórico de sua libertação, tratando-a de forma assistencialista.

Sabemos que a tarefa revolucionária implica na criação de novos valores, daí a questão cultural e sexual não poder mais ser vista como secundária.

Queremos construir uma nova sociedade justa e igualitária, sem exploradores, e nela não há espaço para o machismo, tampouco para aqueles que dizem compreender a questão política da mulher e na prática são inveterados machões, botam banca de revolucionários, atuando nos sindicatos, partidos (PT) e outros movimentos; e o pior de tudo é que com “pele de cordeiro” enganam muita gente.

A luta é grande, no entanto, o PT hoje tem incorporado muitas de nossas reivindicações em seu programa, devido a nosso esforço e organização. O PT tem avançado, mas ainda existem deficiências e lacunas que precisamos suprir e ocupar.

Núcleo de Mulheres do PT.

Na Luta pelos Direitos dos Trabalhadores!!!

Engajado na Construção Partidária e na Construção do Socialismo!!!

Maceió, 17 de Junho de 1988.

Núcleo de Mulheres do PT

O Partido dos Trabalhadores não tem tido a compreensão política de que o problema do machismo na sociedade e dentro do próprio partido é uma questão fundamental.

A opressão da mulher está diretamente ligada com a exploração econômica. A condição de explorada e oprimida vem beneficiando o capitalismo, e se queremos construir o socialismo é imprescindível o fim do machismo, sociedade justa, igualitária e sem exploração não existirá enquanto a mulher não estiver liberta.

É fundamental que o trabalhador deixe de ver a nossa luta como divisionista ou secundária: a luta é conjunta. Marx já dizia: trabalhadores do todo o mundo, uni-vos.

Atualmente as mulheres no PT vêm se organizando e ocupando cada vez mais seus espaços.

O Partido dos Trabalhadores mais uma vez se vê diante de um processo eleitoral. Já é o momento de seus candidatos incorporarem ao seu programa político as questões pertinentes à mulher trabalhadora: estabilidade, licença-maternidade e licença-paternidade, creche no local de trabalho e/ou moradia, salário justo e carteira assinada para as empregadas domésticas e trabalhadoras rurais etc.

O machismo não pode ser combatido pelos(as) companheiros(as) apenas no discurso, e sim na prática. Isso implica na real divisão dos trabalhos como: obrigações domésticas, criação dos filhos etc.

Portanto, defendemos que em todo material de campanha produzido pelos candidatos devem constar nossas reivindicações. Não só no material escrito, como também nos espaços cedidos pela imprensa falada e televisionada, quando possível.

Pré-convenção – PT/AL, 1988

Fonte: Núcleo de Mulheres, Partido dos Trabalhadores/AL, 1988. Acervo CSBH-FPA. 3p.

g) MANIFESTO DAS MULHERES

Cada vez mais as mulheres brasileiras estão presentes nas ruas, nos movimentos populares, no trabalho, nas escolas, nos sindicatos, nas lutas do campo e da cidade.

No dia a dia lutando por dignidade, liberdade e reconhecimento de uma igualdade que ainda não é nosso direito, rompemos as amarras da sociedade autoritária e machista, conquistamos espaços de participação, com nossa voz, nosso sonho, nossa garra de construir um mundo novo.

Nesse caminho encontramos formas violentas e sutis de discriminação, opressão e exploração. Um país onde milhares de mulheres morrem em virtude de parto e aborto, por falta de assistência médica, onde quase metade das mulheres é esterilizada, onde a maternidade é um empecilho para o acesso ao trabalho, onde as mulheres são vítimas silenciadas da violência sexual e doméstica, a dupla jornada de trabalho, a falta de creches para os nossos filhos, os salários inferiores ao dos homens.

Discriminadas porque somos mulheres, exploradas porque vivemos num país governado por elites que alimentam o grande capital com o suor dos trabalhadores e trabalhadoras, nós mulheres dizemos:

Não é esse o Brasil que a gente quer!

Neste momento em que o país se mobiliza para escolher o Presidente da República, depois de trinta anos, nós, mulheres, temos o compromisso de exigir a presença de nossas reivindicações nestas eleições presidenciais.

Uma candidatura que se comprometa com a criação de um organismo que elabore políticas públicas, articule com outros ministérios e proponha medidas de combate a toda forma de discriminação e opressão em relação ao trabalho, à violência, ao trabalho doméstico, à educação e à saúde.

Um governo que se comprometa com a construção da igualdade social e econômica entre homens e mulheres e a plena cidadania cultural e política.

Estamos com Lula e Bisol pelo Brasil que a gente quer. Um Brasil sem discriminação e opressão. Sem exploração.

Um Brasil de mulheres e homens livres e iguais.

Brasil urgente, Lula presidente.

São Paulo, 6 de agosto de 1989.

Fonte: Partido dos Trabalhadores. *Manifesto das mulheres para as eleições presidenciais de 1989.* Acervo CSBH-FPA. 1p.

h) MULHERES RECLAMAM DO MACHISMO NO PT

Magda David

“Eu sou uma pessoa corajosa, que arrisca, mas ao mesmo tempo tem medo. Muito perseverante nas coisas que quero. Sou uma pessoa que tenta andar com o pé no chão e sonha muito. Adoro gente honesta, gente amiga. Gosto de transar roupas, embora não seja muito vaidosa. Meu pior defeito é ser muito superficial – talvez por ser geminiana.”

Esta é a descrição que Vera Brito, estudante de Letras da Universidade de São Paulo (USP), faz dela mesma. Com seus 23 anos, lembra que desde adolescente gostava de política. O resto foi consequência: entrou no movimento estudantil, onde conheceu muita gente que pensava como ela e descobriu que eram petistas. Aos poucos foi se aproximando do PT, participou da Constituinte e da campanha do Lula para presidente, e está para se filiar ao Diretório Regional dos Jardins, na cidade de São Paulo.

Para os companheiros do PT, Vera manda um recado: “Acho muito saudável que existam muitas tendências dentro do Partido, mas nós precisamos nos entender. Não adianta ficar brigando pelos jornais, trocando acusações. É preciso se organizar. As administrações petistas não são desastrosas, mas nós prometemos mais, e a sociedade quer mais. Temos que superar as deficiências internas e o boicote externo, e mostrar nosso trabalho”.

Também muito jovem é Mônica Cristina Zerbinato. Hoje com 18 anos, começou a militar no PT na campanha de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, quando um grupo de amigos petistas a convidou para pichar muros e conversar com os operários na porta de fábrica. Estudante do segundo ano do colegial, Mônica é católica, ligada à Teologia da Libertação, e tem lido muitos livros sobre grandes revolucionários, como Fidel Castro, Che Guevara, além dos livros de Frei Betto: “Eu gosto de ler fatos reais e teorias políticas. Curto muito rock, gosto do Lobão, e adoro sair com a turma para bater papo nos barzinhos. E luto pelo que quero.”

Mônica também participa de um grupo de teatro, que para ela é uma verdadeira paixão. Filiada ao PT, trabalha no gabinete do vereador Eduardo Suplicy, São Paulo, e diz que se sente muito bem no Partido porque pode expor suas ideias e aprender muito com os companheiros.

“Eu quero denunciar o machismo dentro do PT.” Marília Boschetto, filiada desde 82, trabalha na Sede Nacional há dois anos, e resolveu aproveitar a oportunidade para fazer seu protesto: “Tem mulheres que estão há muito tempo no PT e não conseguem, por exemplo, chegar à Direção Nacional, por puro machismo. Os pedidos de uma mulher assessora não são atendidos como o de um homem assessor. Sempre existe um preconceito, como na sociedade em geral, mesmo que a mulher mostre trabalho e competência.”

Para Marília, é fundamental ter muitas atividades, passear muito, cuidar da vida cultural indo a cinemas e teatros, dançar e namorar. Mesmo querendo separar sua vida pessoal da militância, Marília admite que sempre há uma interferência: “As pessoas te cobram sobre o PT”, sobre as administrações petistas, sobre qualquer coisa que se relacione com o partido. Mas isso é natural, porque temos uma colocação

ideológica para defender, diferente de muitos partidos. A militância interfere na vida pessoal, mas não atropela, e dá para conviver bem.”

Maria Berenice Godinho Delgado, mais conhecida como Didice, é outra petista que também luta para acabar com o machismo e o preconceito contra a mulher dentro dos sindicatos do PT, e em toda sociedade. Ela começou sua luta em 1979, na Associação Profissional das Assistentes Sociais, e logo se engajou na formação do Partido dos Trabalhadores. Hoje ela milita no PT, trabalha no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, coordena a Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora na CUT e é da diretoria do Sindicato das Assistentes Sociais.

Ela lembra que, até 1986, a própria CUT ainda não dava a uma atenção especial para o problema da mulher trabalhadora, e que foi preciso muita luta para mostrar a necessidade de uma política contra a discriminação das mulheres e para ampliar a participação feminina no movimento sindical: “A mulher tem que ver seu papel no sindicato, e qual a atenção que o movimento sindical dá para seus problemas específicos. O sindicato e o partido têm estruturas masculinas. A mulher, para se fazer respeitar como militante, tem que ter muita garra, mesmo dentro do PT e da CUT, que têm posições muito avançadas em relação a esta questão.”

Hoje com 35 anos, Didice tem um projeto de via: ser uma pessoa inteira, que não separa a militância da vida pessoal. Para ela, é necessário consolidar isso como perspectiva de vida, sem abrir mão das relações afetivas, do desenvolvimento cultural e da militância política e sindical: “Não é fácil encontrar um equilíbrio entre a vida pessoal e a militância, porque as condições do país exigem de cada militância o máximo de pique. Mas é preciso realizar isso para ser feliz. A militância não pode ser um peso, tem que ser parte da vida da gente, ao mesmo tempo que a vida pessoal não pode ser uma coisa menor.”

Clara Charf é outro exemplo em que a vida se confunde com a militância política. São 65 anos de histórias para contar. Desde os primeiros obstáculos que sua própria família colocava, passando por sua vida amorosa com Carlos Marighella, até hoje, no seu trabalho na Prefeitura de São Paulo, na área de relações internacionais. Militante do Partido Comunista, foi perseguida pela polícia e viveu na clandestinidade. Em 1970, depois da morte de Marighella, vai para Cuba, no exílio, até voltar para o Brasil em 1979, na época da Anistia, quando também se engaja no PT, e dedica-se à questão da mulher. Clara diz que, em geral, os militantes do PT são a favor da militância da mulher, mas o problema ainda não foi resolvido. O partido precisa dar mais importância à luta contra o preconceito, e para isso precisa abrir mais espaço para discutir o tema. “É necessário vencer os preconceitos internos para depois vencer os preconceitos em geral.”

Clara Charf reconhece que é muito difícil conciliar o dia a dia com a militância, mas diz que a mulher petista tem um entusiasmo muito grande para vencer o cotidiano e o machismo. Ela tem uma boa receita para que a militância se torne uma tarefa menos penosa: “A única forma de superarmos os obstáculos é com mais solidariedade entre as militantes, e entre as trabalhadoras e mulheres em geral. É preciso desenvolver formas de mútua cooperação.”

Uma militante pode ajudar a olhar os filhos de outras se elas forem viajar ou precisarem de um tempo com seus maridos, exemplifica Clara Charf: “Também não pode ser sectária e só se relacionar com mulheres que pensam como você. No am-

biente familiar muitas vezes convivemos com pessoas muito diferentes, mas existe uma solidariedade, e é importante cultivar isso.”

No Dia Internacional da Mulher, Clara acha que não basta discutir problemas amplos: “É bom descobrir a solidariedade no bairro, na cidade, para depois expandir a discussão para a situação da mulher no Paquistão”. A militância persistente e sofrida não tirou de Clara Charf o gosto pela música, clássica e popular, nem por lazer, cinema, teatro e bons papos com amigos: “A maior parte do meu tempo é da militância, mas também quero viver outras experiências, cuidar das minhas plantas, brincar com uma criança. E a vida afetiva também é muito importante em todos os níveis. Como podemos lutar pela felicidade do mundo se não lutamos pela nossa?”

Fonte: *Boletim Nacional*, nº 49, março de 1990.

i) A LUTA E A MILITÂNCIA DE UMA PROSTITUTA

Euridice Francisco Coelho Reis, a Eunice, foi prostituta durante 17 dos seus 43 anos de vida. Hoje aposentada, é petista convicta e presidente da Associação de Prostitutas da Vila Mimosa, único espaço que restou da antiga Zona do Manguê¹. Eunice falou ao *Boletim Nacional* sobre democracia interna no PT, e sua visão do que significa ser mulher.

“Nunca tive vergonha de ser prostituta porque a pior prostituição é aquela que não queremos ver: a governamental. Todos nós somos prostituídos quando o governo aumenta a passagem dos ônibus, o colégio das crianças ou aceitamos um salário-mínimo de miséria. No fundo, a sociedade é muito hipócrita. Quando as prostitutas vão ao banco pagar seus impostos, ninguém pergunta como elas ganharam o dinheiro.”

Vida emocional da prostituta

“Se avaliarmos direito, todos nós contemos nossas emoções. Por exemplo, o artista representa várias personagens, mas qual delas ele gostaria de ser? Será que ele gostaria de ser alguma de suas personagens? A prostituta separa muito bem essa questão. Ela sabe que seu corpo é seu instrumento de trabalho. Quando ela está representando. Mas todos nós representamos. A única diferença entre a prostituta e os outros trabalhadores é como ela vende sua força de trabalho.”

Democracia interna no PT

“O PT não discute mulher, prostituição e negros. A única oportunidade, entre aspas, que eu tive para discutir esses temas foi num curso no Instituto Cajamar². Nos diretórios do PT, isso deixa a desejar. Na campanha presidencial não vi o Lula falar de um programa do PT para os negros, as mulheres e as crianças. É importante para nós, que participamos de um partido político, ou de qualquer movimento popular, discutirmos bastante essas questões, porque só assim poderemos formar uma proposta e jogá-la para o restante da sociedade. Se não discutirmos isso nos fóruns internos, estamos enganando a nós mesmos. E aí, a opinião do Partido fica sendo o que pensam algumas poucas pessoas. A gente acaba reproduzindo essa farsa que já conhecemos.”

Fonte: *Boletim Nacional*, nº 49, março de 1990.

NOTAS

¹ A Vila Mimosa é uma tradicional zona de prostituição feminina localizada na Zona do Manguê, no centro do Rio de Janeiro. (N. da Ed.)

² O Instituto Cajamar foi criado em 1986 com objetivo de promover atividades de formação política, envolvendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Secretaria de Nacional de Formação do PT e outras entidades. (N. da Ed.)

j) “AGORA EU SOU UMA ESTRELA...”

O 3º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, realizado nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 1991, na cidade de Ibirité, grande Belo Horizonte, aprovou estas propostas para o 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores, na discussão sobre a construção partidária.

Estas propostas foram originalmente elaboradas pela Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT, fizeram parte do processo de preparação nos Estados e foram aprovadas pelas 110 delegadas presentes ao 3º Encontro, com as alterações já incorporadas neste texto.

Todos os militantes petistas – homens e mulheres – que estiverem de acordo com estas propostas, ou parte delas, contribuirão na consolidação do Partido dos Trabalhadores, ampliando sua democracia interna e de gênero, apresentando-as à aprovação nos Encontros Zonais/Municipais e Estaduais.

Ibirité, 18 de agosto de 1991.

3º Encontro Nacional de Militantes Petistas no Movimento de Mulheres

I – Princípios gerais e democracia interna: construindo um partido democrático também para as mulheres

- O PT deve buscar a definição de políticas que, em sua construção partidária, combatam a reprodução das discriminações sociais e de gênero.

- É parte fundamental da democracia interna a plena participação política das mulheres, tanto na base quanto nos organismos dirigentes.

- O PT garantirá que nos seus organismos de direção haja participação equitativa de mulheres e homens, estabelecendo objetivos concretos como forma de garantir a democracia de gênero.

- É dever de todo militante do PT, e dos seus organismos dirigentes, o combate a todas as manifestações de discriminação em relação às mulheres, aos negros, à homossexualidade, aos portadores de deficiência física, aos idosos, ou qualquer outra forma de discriminação social, de gênero, sexual, de cor ou raça, idade etc.

- O Partido dos Trabalhadores considera elemento constitutivo da ética do militante petista a defesa e coerência no combate à discriminação das mulheres.

II – Organização das mulheres no Partido dos Trabalhadores

Para unificar as formas de organização e de intervenção das mulheres no PT e contribuir na elaboração das políticas e das decisões do Partido que fortaleçam a libertação das mulheres, propomos a constituição de Secretarias de Mulheres e formas de sua organização de base.

1. Secretaria de Mulheres

Objetivos

As Secretarias de Mulheres do PT são organismos que trabalham em conjunto

com a direção do partido, nos níveis nacional, estadual e municipal, que têm como objetivos a organização das mulheres dentro do partido, buscar construir as condições necessárias para o avanço do partido como um todo, a partir do fortalecimento e aumento da participação política das próprias mulheres e do desenvolvimento da compreensão e elaboração do PT em relação ao feminismo e ao movimento de mulheres.

As Secretarias de Mulheres são espaços de auto-organização das militantes petistas, incorporando a diversidade de intervenções, trabalhos e especificidades da luta e organização das mulheres petistas – das mulheres negras, indígenas, rurais, militantes do movimento popular e sindical etc.

Nesse sentido, é papel das Secretarias de Mulheres:

Acompanhamento, discussão e elaboração de propostas para intervenção das militantes petistas no movimento de mulheres, buscando unificar a intervenção das petistas no movimento.

Incentivar a formação política geral das mulheres petistas, impulsionando sua construção como dirigentes plenas do partido.

Articular e coordenar o trabalho feminista do partido em relação aos diferentes diretórios e/ou organismos de base do PT (núcleos).

Assessorar o partido nos diversos aspectos do feminismo e da luta pela libertação das mulheres e em relação ao movimento de mulheres.

Desenvolver, em conjunto com a Secretaria de Formação, a formação feminista das militantes petistas, bem como elaborar conjuntamente com esta Secretaria parte da política geral de formação do partido, garantindo a integração da luta pela libertação das mulheres na formação dos militantes petistas.

Elaborar, em conjunto com as Secretarias de Assuntos Institucionais, as propostas de políticas públicas em relação às mulheres para as bancadas e administrações petistas.

Na articulação e unificação da intervenção das militantes petistas no movimento de mulheres, a Secretaria de Mulheres desenvolverá uma relação privilegiada com a Secretaria Sindical e a Secretaria de Juventude.

2. Organização de base

A organização de base das militantes petistas dos movimentos de mulheres (núcleo de base ou qualquer forma que venha a ser definida) será semelhante, em estrutura, direitos e deveres, à organização de base dos militantes petistas de outros movimentos sociais.

Devem ser garantidos aos organismos de base dos militantes petistas dos movimentos sociais direitos plenos de participação política.

III – Garantir a presença das mulheres nas direções partidárias

A construção da plena participação política das mulheres é um processo que não se restringe à sua participação equitativa na direção. Vincula-se a toda uma política de combate às diferentes formas de discriminação, ao investimento na formação política das militantes mulheres etc. Garantir uma presença mínima de mulheres nos organismos de direção, entretanto, é uma condição essencial para que o partido reverta, na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da vida partidária e pública.

Na composição das direções municipais, estaduais e nacional do partido será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero do PT.

Disposição transitória:

Considerando-se a realidade diferenciada do partido, nos diversos níveis, municipal, estadual e nacional, na primeira eleição das direções, imediatamente subsequente ao 1º Congresso, as direções na proporção da presença de mulheres no respectivo Encontro. Nesse caso, a composição da chapa final de delegados ao Encontro de nível superior obedecerá ao mesmo critério.

É dever das direções partidárias zelar pelo cumprimento da política de combate às discriminações em relação às mulheres, aos negros, à homossexualidade e às demais formas de discriminação.

IV – Dos encontros e convenções: criar condições para todos os petistas participarem

Será garantida nos encontros e convenções do partido a organização de creches durante a sua realização, como forma de assegurar que nenhum delegado ou delegada seja privado de seu direito à plena participação em função de ter filhos.

V – Formação política: construindo dirigentes homens e mulheres, reescrevendo a história dos excluídos

A formação política é um dos instrumentos de construção das condições de igualdade entre os militantes. Nesse sentido, para combater a desigualdades de oportunidades e condições das mulheres em função de sua discriminação social e fortalecer a construção da igualdade real entre homens e mulheres no PT, deverá ser garantido o acesso das mulheres a todos os espaços de formação política geral do partido. A luta pela libertação das mulheres será parte constitutiva dos programas de formação política geral do PT.

VI – Comunicação partidária sem preconceitos

Os órgãos e veículos partidários de comunicação para a militância e a sociedade deverão zelar para não reproduzir e reforçar os estereótipos e linguagem discriminatórios em relação às mulheres.

Com o objetivo de ampliar a assimilação do feminismo pelo PT e ampliar nossa atuação na luta contra a opressão das mulheres, os organismos de comunicação partidária deverão tratar sistematicamente de temas relacionados à luta das mulheres e ao movimento de mulheres.

Subsecretaria Nacional de Mulheres

Fonte: Partido dos Trabalhadores. *Proposta da Subsecretaria Nacional de Mulheres para o I Congresso do PT*, 1991. Acervo CSBH-FPA. 3p.

k) O PT E AS MULHERES

Vivemos em cidades habitadas por homens, mulheres, crianças; pessoas brancas, negras, velhas e jovens. Essas pessoas vivem situações, têm direitos e oportunidades que não são iguais. Algumas são ainda menos cidadãs do que outras.

No Brasil, a cidadania das mulheres é mais precária que a dos homens. Os dados estão aí para mostrar as desigualdades: concentração das mulheres nas faixas de rendas mais baixas, desqualificação profissional, altas taxas de mortalidade materna e infantil, precariedade do atendimento de saúde, desrespeito à legislação trabalhista. Algumas das formas diretas da discriminação vêm mescladas com forma indiretas – a discriminação embutida nas funções menos qualificadas exercidas pelas trabalhadoras, as restrições ao emprego das mulheres casadas e com filhos, as vantagens oferecidas para não assinar carteira de trabalho.

No campo institucional, duas ações de combate a essa situação merecem destaque. A atuação de diversos parlamentares que encaminham e apoiam propostas do movimento de mulheres e as iniciativas de algumas das prefeituras petistas que criaram organismos governamentais voltados especialmente para as questões das mulheres.

Um salto de qualidade

Em seu 1º Congresso, o PT reconheceu as situações de opressão vividas pelas mulheres e deu demonstração de que deseja construir uma cidadania plena para todos. Concretamente, o PT aprovou medidas para uma participação mais democrática das mulheres no partido. A mais polêmica e importante dessas medidas foi a que garante uma cota mínima de 30% nas direções.

Assim como essa medida representou um salto de qualidade para o partido, a implantação de um projeto feminista nas cidades administradas pelo PT representará um avanço para mulheres e homens.

Das cidades em que o PT venceu as eleições municipais de 1988, poucas implantaram um programa de caráter feminista. Temos aí um problema de fundo para refletir.

Aparentemente incorporado na plataforma partidária, o reconhecimento da situação de opressão e desigualdade das mulheres raramente se transforma em propostas e medidas efetivas dos governos petistas de combate a essa discriminação. Muitas vezes essas propostas não são assumidas como projeto do conjunto do partido para a população, mas ficam restritas às militantes mulheres; ou são assumidas apenas como textos de plataformas eleitorais, que serão logo esquecidas.

Entretanto o PT já acumulou experiência suficiente para ir além.

Para garantir a implementação desse programa e sua coordenação, consideramos essencial a criação de um organismo de âmbito municipal com o objetivo de propor, coordenar e executar políticas públicas dirigidas às mulheres. Esse organismo, seja ele constituído como Secretaria, Assessoria, Coordenadoria ou Programa, deve ter autonomia administrativa e financeira, articular-se com as demais secretarias, ter poder para interferir nas políticas gerais da cidade e manter canais de relação com os movimentos.

Sua criação é uma forma de assumir um compromisso com as propostas e reivindicações das mulheres. E deve significar um compromisso real de sua implementação e não apenas o discurso eleitoral, uma vez que as mulheres são a maioria do eleitorado. Afinal, o direito do voto continua tão caro às mulheres quanto no início do século, mas não há de valer muito se não vier acompanhado de nossas reivindicações.

A mulher e as políticas públicas

O Partido dos Trabalhadores reconhece que existe a discriminação das mulheres e que ela não pode ser resolvida apenas no combate ideológico. Entre outros elementos, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que a combata diretamente.

O governo do PT deverá manter um organismo para implantar e implementar políticas públicas para as mulheres, encarando a discriminação sofrida por essa parcela da população como uma questão social. Esse organismo deverá ter autonomia administrativa e dotação orçamentária para a realização de seus trabalhos, com as seguintes competências, a partir das definições abaixo:

a) Formular diretrizes, elaborar, fiscalizar, executar ou coordenar políticas no âmbito da administração pública direta ou indireta, que atendam as necessidades das mulheres e enfrentem as diferentes formas de sua discriminação.

b) As áreas prioritárias para o investimento das políticas públicas de combate à discriminação são a implementação de equipamentos sociais relacionados ao trabalho doméstico e creches, saúde, combate à violência, educação e planejamento urbano.

c) Implantar e ampliar os equipamentos públicos que facilitem a gestão cotidiana da vida das mulheres no município.

d) Garantir que o Serviço de Saúde Municipal desenvolva uma política de atendimento integral à saúde da mulher.

e) Elaborar material e promover campanhas de ação educativa para os funcionários do serviço público e para a população, para esclarecer sobre os direitos da mulher, denunciar as discriminações, propor ações, bem como estimular, apoiar e desenvolver estudo e diagnóstico da situação das mulheres no município.

f) Fiscalizar e exigir o cumprimento de legislação, assim como, elaborar e encaminhar aos legislativos propostas de projetos de lei que visem combater a discriminação das mulheres na cidade.

g) Garantir a participação popular, respeitando a autonomia dos movimentos sociais organizados.

h) Considerar que mulheres e homens vivem diferentemente os problemas da vida urbana. Para tanto, o organismo responsável pela implementação de políticas voltadas para as mulheres deverá assegurar a dimensão feminina junto ao planejamento da cidade e a prática geral das políticas públicas.

Propostas de atuação para algumas áreas

Trabalho doméstico e equipamentos sociais

O trabalho que a mulher realiza dentro de casa, não reconhecido socialmente

como trabalho, é de fundamental importância para a reprodução da força de trabalho, da ideologia dominante e da espécie.

Através do trabalho doméstico a mulher garante as necessidades básicas para a família, saúde, alimentação, higiene, educação e lazer.

Essa sobrecarga, que no seu essencial recai sobre as mulheres, cria uma situação permanente de injustiça social, aumenta a exploração e acumulação capitalista – provoca a marginalização e o desgaste das mulheres.

As políticas públicas devem buscar alterar essa situação, criando bases reais para eliminar a discriminação e subordinação das mulheres, fazendo com que o trabalho doméstico seja também responsabilidade efetiva dos homens e do conjunto da sociedade. Torna-se necessário viabilizar equipamentos sociais que garantam a responsabilização social pelos indivíduos, dando respostas às suas necessidades sociais, sem sobrecarregar as mulheres, o que implica a transferência da realização do trabalho doméstico para o âmbito público.

1) A educação é um direito das crianças, seja nas creches, pré-escolas ou nas escolas. E é também um direito das mulheres que o cuidado com a educação e socialização das crianças seja assumido pelos homens e pelo poder público. Cabe ao poder público promover a ampliação e melhoria da rede de creches públicas e exigir que o setor privado cumpra a legislação que obriga a manutenção de creches nos locais de trabalho.

2) Criação de programas de habitação popular com previsão de áreas de implantação de equipamentos sociais como lavanderia, creches etc.

3) Implantação de programas de lavanderias e restaurantes a preços populares.

Saúde da mulher

O corpo da mulher apresenta características biológicas que implicam funções particulares e estão diretamente ligadas às mudanças que ocorrem nas diferentes fases da vida.

1) A prefeitura, através da secretaria de Saúde, deverá implementar e/ou ampliar o Programa de Saúde da Mulher em toda a rede de saúde da cidade, e manter uma equipe de coordenação responsável pelo desenvolvimento dos serviços de ginecologia, sexualidade, planejamento familiar, informações e acesso a métodos anticoncepcionais, atenção à gestante, prevenção do câncer etc.

2) Implementar ou ampliar o programa de saúde do trabalhador voltado para a especificidade da mulher trabalhadora.

3) Implantar o programa de realização de aborto nos casos previstos por lei (estupro, risco de vida da mãe) junto à rede municipal de saúde.

4) Assegurar a formação do Comitê de Mortalidade Materna, propondo que tenha também a participação do movimento de mulheres, com o caráter de denúncia, de estudos e incentivo da criação de instrumentos que ampliem a melhoria da assistência à maternidade.

Violência

A violência contra as mulheres e todas as formas de agressão que ameaçam

cotidianamente suas vidas devem ser objeto de ação governamental. Nesse sentido, propomos:

1) Criação de casas de abrigo para atender as mulheres vítimas de violência (extensivo aos filhos), por período determinado, com o objetivo de ser uma retaguarda para a reestruturação da vida da mulher vítima de violência.

2) Reivindicar do governo estadual a implantação da Delegacia da Mulher para atender mulheres vítimas de diferentes manifestações de violência (lesão corporal, estupro, calúnia, injúria, difamação, atentado ao pudor, rapto e outros). Exigir a qualidade do atendimento prestado nas delegacias de mulher.

3) Criação do Centro de Referência da Mulher, com atendimento social, jurídico e psicológico, individual e/ou grupal, visando desenvolver um trabalho de aprofundamento sobre a violência contra a mulher, bem como realizar levantamento de dados para pesquisa, diagnóstico e perfil sobre a situação de violência específica contra as mulheres.

4) Ações preventivas contra a violência urbana.

a) Instalação de postos de guarda municipal em pontos estratégicos da cidade.

b) Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública e soluções para terrenos baldios e/ou residências abandonadas, visando restringir os espaços que se tornam perigosos.

c) Desenvolver e incentivar campanhas contra a violência, em conjunto com a sociedade civil organizada.

Manutenção de prestação de serviços jurídicos

Garantir junto ao serviço jurídico prestado pelo Estado, onde houver, a manutenção do atendimento à população feminina da cidade; ou criar esse atendimento no âmbito municipal.

Educação

Perduram em todos os níveis de ensino conteúdos e práticas sexistas e racistas. Designam-se papéis sociais fixos para as pessoas conforme seu sexo e raça. Por isso é necessário:

1) Garantir, junto à rede municipal de educação, atividades de reflexão, discussão e reformulação das práticas sexistas e racistas.

2) Incentivar a formação de grupo de trabalho para elaboração de proposta de material pedagógico.

3) Proporcionar a formação dos profissionais de educação, aprofundando temas como sexualidade e educação diferenciada.

4) Promoção de cursos de educação de adultos em condições e horários que possibilitem a participação das mulheres.

Ações educativas

A administração municipal deverá atuar no sentido de alterar a compreensão sobre o papel das mulheres, garantir a implementação de um atendimento não

discriminatório nos serviços públicos e incentivar a reflexão sobre a necessidade de mudanças na situação da mulher na sociedade.

1) Realizar treinamentos internos, com o setor de recursos humanos e outras áreas, priorizando aquelas que estão no atendimento direto à população, propiciando a discussão sobre saúde, educação, trabalho, violência, espaço urbano etc.

2) Desenvolver com a comunidade atividades que possibilitem a reflexão sobre a situação das mulheres.

3) Implementar atividades específicas (oficinas, debates, entre outros) com o objetivo de promover a integração e sensibilização de mulheres.

Transportes

O transporte coletivo deve ser adaptado às condições físicas dos usuários, considerando os diferentes segmentos da população.

1) Discutir e elaborar, em conjunto com a Secretaria de Transportes, legislação e propostas a fim de adequar os transportes coletivos no que se refere a degraus, espaço nas catracas, balaústres etc., levando em conta as mulheres e outros usuários.

Autossustentação das mulheres

A Prefeitura deverá, juntamente com outras áreas – sindicatos, centrais sindicais – discutir e elaborar propostas que visem incentivar a auto-organização, profissionalização e sustentação das mulheres, contribuindo para que elas obtenham independência econômica.

1) Promover programas de geração de renda e formação profissional específica para as mulheres.

Comunicação, divulgação e informação

1) Produzir textos, cadernos, cartilhas, vídeos etc., para subsidiar discussões com a comunidade, estudos e pesquisas.

2) Divulgar permanentemente todas as atividades, promovidas através de cartazes, *folders*, boletins, imprensa falada e escrita.

3) Garantir a permanência e ampliação do número de livros, teses, artigos, publicações em geral, e fitas de vídeo sobre a questão da mulher, tanto em bibliotecas como em videotecas públicas. Os locais que ainda não possuem estes serviços devem encarar a tarefa de implantá-los como um desafio.

O organismo específico da mulher será o responsável por coordenar e dar unidade às políticas implementadas neste âmbito pela administração municipal.

Na elaboração deste texto utilizamos o documento produzido pelas companheiras da Comissão de Mulheres do PT de Santo André (SP) para o plano de governo.

13 pontos com os quais os candidatos devem estar comprometidos

Aos vereadores cabe legislar em âmbito municipal, mas também fiscalizar, acompanhar e controlar o Poder Executivo. Além disso, na sua ação cotidiana eles devem ter presentes propostas e reivindicações dos movimentos sociais e do movimento de mulheres.

Apresentamos aqui treze pontos com os quais os vereadores petistas, homens e mulheres, devem estar comprometidos. É essencial analisar a lei orgânica dos municípios para avaliar que emendas, projetos e propostas de leis devemos propor nas diferentes áreas de atuação.

Aqui temos diretrizes gerais e sua concretização em algumas propostas que significam incentivar, promover e apoiar iniciativas parlamentares no sentido de:

1) Punir as manifestações de discriminação contra as mulheres da cidade e do campo, em diferentes setores da sociedade: nos meios de comunicação, publicidade, no emprego, educação; as discriminações de cor, orientação sexual, idade, estado civil.

a) Propor medidas legislativas que coíbam tais discriminações.

Promover campanhas publicitárias, que podem ser veiculadas por órgãos da prefeitura, buscando eliminar discriminações e abordagens estereotipadas sobre a mulher.

b) Proibir a veiculação de imagem discriminatória da mulher em qualquer nível, por órgãos municipais ou vinculados a eles.

2) Apoiar e incentivar iniciativas para que o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças deixem de ser “obrigação” das mulheres e sejam responsabilidade também dos homens e de toda sociedade.

a) Desenvolver e incentivar programas de lavanderias e refeitórios públicos nos bairros e locais de trabalho.

b) Exigir que em projetos habitacionais de conjuntos e casas populares sejam incluídas áreas para equipamentos coletivos, como lavanderias, creches, cozinhas.

3) Propor a criação de creches e pré-escolas para todas as crianças até os 7 anos, e vagas nas escolas para todas as crianças a partir dos 7 anos.

a) Promover a utilização de espaços públicos livres como áreas de lazer e recreação, com equipamentos adequados às crianças.

4) Exigir a implantação de assistência integral à saúde da mulher, em todas as fases de sua vida.

a) Capacitar os profissionais da área de saúde para o atendimento às mulheres.

5) Garantir que as mulheres possam decidir se querem ou não ter filhos. Com direito ao atendimento à saúde, educação sexual.

a) Desenvolver programas de orientação e acesso ao uso de anticoncepcionais que não façam mal à saúde.

b) Fiscalizar e denunciar o uso coercitivo de métodos anticoncepcionais (em particular a esterilização).

6) Reivindicar atendimento obrigatório na rede pública de saúde para os casos de aborto previstos em lei e tomar iniciativas para ampliar a legislação sobre o direito a interrupção da gravidez não desejada.

a) Propor que o poder público regulamente esse atendimento. Como um direito que demanda atendimento de saúde, deve ser prestado pelo serviço público.

7) Promover políticas que visem a profissionalização das mulheres e assegurem o seu acesso e permanência no mercado de trabalho, sem restrições de profissões ou cargos.

a) Regulamentar sanções às empresas que usam de medidas discriminatórias na contratação de mulheres.

b) Promover cursos de educação formal ou capacitação em condições e horários que possibilitem a participação das mulheres.

8) Fiscalizar o cumprimento dos direitos trabalhistas para todas as mulheres trabalhadoras, domésticas e rurais; o direito ao emprego para as mulheres gestantes, casadas e com filhos.

a) Propor projetos de lei que definam formas de punição (multas, suspensão de alvará etc.) aos estabelecimentos que restrinjam o direito da mulher ao emprego ao exigir testes de gravidez ou comprovante de esterilização para admissão ou permanência no emprego.

9) Denunciar e lutar contra todas as formas de violência contra as mulheres

a) Construir abrigos para o acolhimento provisório das mulheres vítimas de violência doméstica.

10) Incentivar a criação de centros de atendimento jurídico e psicológico às mulheres, que devem trabalhar com funcionários especialmente preparados e, preferencialmente, mulheres.

11) Combater o preconceito sexual e racial nas escolas, na educação e nos livros didáticos.

a) Promover programas de educação sexual nas escolas.

12) Garantir os direitos para as mulheres na área de habitação.

Implantar programas de habitação, atendendo, com prioridade, às mulheres chefes de família que têm mais dificuldades de acesso aos financiamentos convencionais.

13) Criar um organismo do poder executivo municipal (secretaria ou coordenadoria, de acordo com a realidade local) que tenha poder e atribuições para formular, executar e coordenar com outras instâncias do município as políticas que promovem o fim da discriminação, a igualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira.

13 erros que o candidato petista não deve cometer e lembranças que deve ter

1) A mulher não é minoria. As mulheres são cerca de 51% da população. Tratá-las como minoria é expressão de uma visão de mundo da dominação branca e masculina.

2) De cada três brasileiros que saem para trabalhar fora, uma é mulher. Elas são mais de 38% da população que trabalha fora. Lembre-se disso quando você falar na classe trabalhadora, nos trabalhadores em geral; nos problemas no local de trabalho.

3) Lembre-se: a dona de casa também é trabalhadora. Sua jornada é três ou quatro horas mais longa, diariamente, do que a de um trabalhador comum. Um trabalho pesado e nunca reconhecido.

4) Respeitar as mulheres e donas de casa é também não tratá-las como estereótipos de donas de casa.

5) Um aspecto central da opressão das mulheres é a violência e o abuso de seu corpo. O corpo da mulher não é material de propaganda. Esta é uma luta decisiva do movimento de mulheres. Respeite e apoie essa luta.

6) Faz parte de manter a opressão das mulheres tratá-las como seres incapazes, que não têm condições de decidir sobre suas próprias vidas. Portanto só vale a palavra e a vontade do pai, do marido, do chefe, do namorado.

7) As mulheres não nasceram apenas para serem mães. Aliás, várias não são e não vão ser. São seres integrais com vontades, direitos, interesses, aspirações de vida e profissionais distintas.

8) Lembre-se de que a sociedade é feita de homens e mulheres quando for escolher as fotos, ilustrações e textos de seu material de campanha.

9) Cuidar das crianças não é só obrigação das mulheres. A educação das crianças é responsabilidade do pai, da mãe e da sociedade.

10) Respeitar as mulheres é também reconhecer sua opressão específica. E isso não significa desqualificá-las, como pensam alguns.

11) As questões das mulheres são questões sociais. Lutar pelas reivindicações das mulheres é uma parte fundamental da luta por uma sociedade justa, democrática, igualitária. E faz parte de nosso projeto socialista.

12) A linguagem expressa, muitas vezes, os preconceitos e discriminações mais fortes da sociedade. Fale para as mulheres e homens; para negros e brancos.

13) Você não precisa usar linguagem e expressões machistas para ser popular. Linguagem popular não quer dizer, como pensam alguns, machista e de mau gosto.

Fonte: *PT Informa*, 1992.

1) A POLÊMICA DOS 30%

As novidades deste 8º Encontro ficaram por conta da eleição de representantes setoriais para comporem o Diretório Nacional e da polêmica sobre a cota de 30% de mulheres nas instâncias de direção. Maurício Benito Durá, de São Paulo, representa o setor da Juventude, e João Batista, do Pará, foi o indicado pelo coletivo da Secretaria Agrária. Mas se a chegada dos representantes setoriais foi relativamente tranquila, a aplicação da cota fez muita gente perder o compasso.

A deputada distrital Lúcia Carvalho (DF) está entre os que não gostaram da medida, adotada no 1º Congresso, em 1991. “Tudo que conquistei até hoje foi por competência, quero registrar meu protesto por ser obrigada a ir para a CEN em função da cota”. Adversária dos 30%, Lúcia quer outros critérios para a composição das direções, especialmente a Executiva: “Devem ser escolhidos os que têm maior disponibilidade para o trabalho de encaminhar as decisões políticas das instâncias.”

Lúcia conta que será feito um rodízio na CEN entre ela, Marina Silva (AC) e Lygia Pupatto (PR), integrante da chapa “Democracia Radical”. “Somos todas três muito solicitadas em nossas áreas de atuação e não teremos condições de acompanhar todo o mandato da Executiva.”

Já as deputadas Serys Shessarenko (estadual-MT) e Luci Choinaski (federal-SC), que votaram contra a cota no 1º Congresso, mudaram de posição. Segundo Luci, o machismo dos petistas ficou ainda mais claro durante a discussão da aplicação da cota. Para Serys, “a discriminação é uma realidade, mesmo dentro do nosso partido, e todos os mecanismos que a gente puder usar contra ela devem ser explorados”. Ela lamenta apenas um “excesso de radicalismo” na aplicação da cota. “Na Composição da CEN, seis ou sete mulheres não modificam a coisa”, reclama, referindo-se à dificuldade que sua chapa – “Na Luta PT” – tem encontrado para indicar duas mulheres para a CEN.

A ex-deputada Clara Ant, defensora da cota desde o início, avalia que a aplicação dos 30% é um processo difícil, com muitas incompreensões, mas que está se mostrando correto e necessário. “Vemos hoje, no Diretório Nacional e na Executiva, companheiras que há anos são lideranças políticas, sindicais e dos movimentos, mas que, até então, não haviam sido lembradas para fazer parte da direção.”

Barítonos e tenores

O mesmo arranjo, quando interpretado pelos graves dos barítonos e tenores, ganha tons mais arredios. “É importante ter uma política afirmativa contra a discriminação e em favor de maior presença das mulheres, mas a forma como vem sendo aplicada a resolução, sem um amplo processo de discussão que envolva o conjunto do Partido, tem sido algo que mais coíbe e obriga do que propriamente conscientiza e afirma o papel das mulheres”, diz Gilson Lírio, integrante do novo DN.

Decisão democrática e soberana do 1º Congresso – que contou com cerca de 20% de mulheres entre os delegados –, a cota “é justa” na opinião da maioria. O chiado começa na hora de aplicá-la, quando o clube do bolinha tem de ceder parte de suas “cadeiras cativas” para as mulheres. “O 1º Congresso aprovou, mas não regu-

lamentou onde ela iniciaria. Em grande parte dos estados o partido tem encontrado dificuldade de aplicá-la”, arrisca Gilson. Ele vê na aplicação da cota a “imposição de uma norma que é justa do ponto de vista da concepção e da construção partidária”.

Milton Temer (RJ) evita “cair na demagogia” de dizer que os 30% das mulheres no DN sejam uma vitória. “Elas estão lá dentro de uma ótica machista, de uma ótica dominante. A discussão de cotas é algo se acontece dentro da ordem de uma maioria estabelecida também por decreto.” Temer foi a solitária voz masculina a usar a tribuna no 1º Congresso contra a cota. “As defensoras da proposta, na ocasião, eram ninguém menos que Telma Souza, prefeita de Santos, e Benedita da Silva, negra, favelada, deputada federal e candidata à prefeitura do Rio de Janeiro. Prova de que o PT, como corpo isolado, não constitui nenhum obstáculo à participação da mulher na hierarquia política.”

Mas Temer já não se constitui num adversário tão feroz dos 30%. “Em termos concretos, estabelecer as cotas como exemplo para a sociedade foi positivo.” Ele reclama mesmo é da aplicação da norma. O processo estaria fazendo com que algumas companheiras, “que sempre fizeram sua história pela política que praticaram”, se sentissem hoje como num limbo onde não se discute política. “Ninguém pergunta o que essas mulheres pensam. Elas são indicadas por que não estão no terço e nós vamos discutir a composição dos outros dois terços.”

O novo secretário nacional de Finanças, Lauro Marcondes, não crê na cota como medida isolada contra a discriminação, mas avalia que, “como medida política, serviu para chamar a atenção sobre o problema e por isso cumpre um papel importante”. Lauro, entretanto, quer que o PT reavalie a questão, “talvez no próximo encontro. É preciso fazer um balanço para saber quais foram as reais mudanças que essa medida trouxe para a relação de gêneros dentro do PT”.

Fonte: *Boletim Nacional*, nº 71, 1993.

m) RELATÓRIO: GÊNERO, RAÇA E PODER - POLÍTICAS PÚBLICAS

Na sexta-feira foram realizados dois debates. Um à tarde, sobre gênero, raça e poder, que contou com a presença de Rose Marie Muraro, e outro à noite, sobre políticas públicas.

Infelizmente, com a ausência de uma das companheiras da mesa, no primeiro debate, não chegamos a abordar a discussão da raça. Em políticas públicas, Ivete Garcia discutiu os compromissos das administrações petistas em relação às mulheres. Falou sobre as experiências que teve enquanto coordenadora da Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André.

O objetivo dos debates era proporcionar às participantes do encontro a possibilidade de aprofundar a discussão em relação aos temas.

Construção partidária

No debate sobre construção partidária, no sábado de manhã, as presentes se dividiram em subgrupos e abordaram dois temas: uma avaliação da política de ação afirmativa, principalmente cotas, e as propostas de estatuto e regimento interno.

Ações afirmativas

O III Encontro Nacional de Mulheres do PT aprovou propostas de creche nos encontros, formação, comunicação não discriminatória e cotas, com a presença de no mínimo 30% de mulheres na direção. As propostas foram encaminhadas ao 1º Congresso do Partido, que as aprovou.

Apesar das diferenças existentes nos diversos estados é evidente que a cota aumentou o número de mulheres na direção, trouxe para a direção do partido um grande número de mulheres que há muito tempo atuavam na sua construção sem, no entanto, assumirem postos de direção. Dessa forma o partido tem uma nova cara, um partido de homens e mulheres.

É evidente que há muito que aprimorar na política de cotas e nas demais ações afirmativas; no entanto, um grande passo foi dado.

Em relação à creche, nossa avaliação é de que um grande número de encontros não cumpriu a determinação partidária que estabelece que os encontros do PT devem ter creche.

Temos tido alguma dificuldade de integrar as mulheres nos cursos de formação política.

Estatuto e regimento interno

Em relação a esse item foram aprovadas as propostas que reafirmam a necessidade de o partido cumprir em seus estatutos as decisões do 1º Congresso (cota mínima de 30% de mulheres nas direções, creches nos encontros, política de formação etc.)

Além disso, foi proposta uma nova concepção de estatuto que incorpore em seus princípios a necessidade de considerar que o PT é um partido de homens e mulheres, que luta pela liberdade e autoafirmação dos indivíduos, contra todas as formas de violência e, portanto considera que todos têm direito de expor suas opiniões internamente e punirá atos de violência decorrentes da falta de liberdade de expressão interna.

O PT não pode tolerar no seu interior e na sociedade as manifestações de discriminação de sexo, raça, de região de nascimento, credo, idade ou opção sexual.

Aborto: basta de silêncio

Esse é o tema da campanha deste ano da Rede Mundial de Mulheres para os Direitos Reprodutivos¹. O objetivo é contribuir para reduzir pela metade os casos de mortalidade materna. E não se pode falar em diminuir essas mortes sem falar em aborto.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) avalia que, em nosso país, são praticados 3 milhões de abortos por ano.

No Brasil e em muitos outros lugares onde o aborto é ilegal, a maioria das mulheres não pode pagar um aborto clandestino seguro. Muitas morrem ou ficam doentes por causa de abortos malfeitos.

Nós, mulheres petistas, consideramos inaceitável a morte ou sofrimento de uma única mulher que seja por causa do aborto ilegal. Por isso lutamos para que as mulheres tenham direito de decidir sobre seu próprio corpo e para que o aborto seja encarado como uma questão de saúde pública.

A campanha internacional pelo direito ao aborto chega num momento oportuno. Neste ano, um grupo de juristas está trabalhando na revisão do código penal. O atual é de 1940 e trata o aborto como crime, prevendo pena de prisão para quem o pratica.

O aborto não pode ser um crime. Não deve constar do Código Penal. A sua prática deve estar regulamentada nas leis que estabelecem as normas de funcionamento dos serviços públicos de saúde.

No processo Constituinte, em 1987, o PT adotou como posição indicativa a defesa da garantia constitucional do direito da prática ao aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases, determinando a abertura de um processo de discussão no partido sobre a questão do aborto

Avaliamos que esse deve ser o patamar mínimo, de onde o PT deve partir para avançar as discussões e incorporar os aspectos centrais da luta feminista.

Este é o desafio: elaborar propostas que garantam o direito ao aborto, levar o debate para o conjunto do partido a ampliar a discussão para a sociedade, a fim de que muitas mulheres e movimentos sociais incorporem essa luta.

Após intenso processo de discussão na plenária do Encontro foram aprovados os seguintes itens:

– Aborto não é crime. É uma questão de saúde pública. Essa questão não deve ser tratada no Código Penal e sim na legislação ordinária. O atendimento ao aborto deve ser tratado na regulamentação de saúde e garantido o serviço na Rede de Saúde Pública. Devemos ficar atentas para a possibilidade de essa questão ser tratada na Revisão Constitucional.

– As mulheres petistas devem se engajar na Campanha de 28 de Setembro – Dia Internacional pelo Direito ao Aborto. As bandeiras de luta para esse dia são:

- 1) Contra a clandestinidade do aborto que causa a morte das mulheres.
- 2) Pelo direito de decidir se vamos ou não ter filhos – em que momento (questão de foro íntimo da mulher).
- 3) Em caso de gravidez indesejada, ter condições de realização do aborto pela saúde pública.
- 4) Encaminhar propostas para as administrações petistas, propondo a implantação de serviço de atendimento às mulheres que queiram fazer aborto nos casos previstos em lei.
- 5) Elaborar materiais sobre aborto, inclusive com argumentos elaborados pelas Católicas pelo Direito de Decidir².
- 6) Fazer discussão com os militantes petistas que pertencem à Igreja.
- 7) Defendemos o direito ao aborto. Cada mulher deve ter o direito de decidir em que caso faz o aborto ou não. Essa é uma decisão de foro íntimo. Nesse contexto devemos ser cuidadosas com a apresentação de propostas que objetivem legalizar o aborto apenas em casos em que for constatada anomalia no feto, evitando o conteúdo de eugenia que alguns querem atribuir ao aborto.
- 8) A subsecretaria nacional deve listar os nomes de mulheres que podem contribuir nesse debate, auxiliando a organização da discussão no PT.
- 9) Fazer ampla campanha no interior do PT. No encontro nacional iniciar a campanha.

Mulheres negras

A opressão de raça é um dos instrumentos mais fortes de dominação e discriminação social. Precisamos ampliar nossa compreensão sobre a opressão de raça e gênero; esse é um desafio para as mulheres do PT. Um desafio que tentamos começar a enfrentar conjuntamente no IV Encontro. As mulheres negras presentes ao encontro se reuniram para fazer uma avaliação do que foi sua presença no PT nesse período e elaborar propostas para o futuro.

Algumas propostas foram aprovadas.

- Realizar encontro de mulheres negras petistas até março de 1994, organizado pela Subsecretaria Nacional (já acertamos a realização de um Seminário Nacional).
- Que todo material de propaganda do Partido garanta as diferentes etnias e raças.
- Inclusão da questão racial nos cursos de formação política do partido.
- Seminário sobre a questão racial e sobre políticas públicas.

Festa

E como ninguém é de ferro, nosso Encontro teve sua festa: um espaço para a alegria e desconcentração.

Grupos temáticos

Eram grupos de interesse que discutiram temas diferenciados: violência, co-

municação, políticas públicas e esterilização. As propostas surgidas nesses grupos foram apresentadas em bloco à plenária.

Comunicação

- Fazer artigos para *Teoria e Debate*, *Boletim Nacional* sobre aborto e cotas.
- Ter mulheres nos conselhos de redação das publicações.
 - Criar uma comissão para elaborar o projeto da revista.
 - Moção de preocupação para o *Brasil Agora*, em consequência do machismo na abordagem e linguagem.
 - Estabelecer periodicidade para o *PT Informa Mulheres*.
 - Aproveitar os recursos das secretarias de imprensa onde elas existem.
 - Colocar mulheres negras nos materiais de mulheres do Partido.
 - Criar um banco de dados de textos publicados por mulheres.

Esterilização

- Criar um grupo de trabalho que atue junto ao grupo de saúde, economia e previdência social do Programa Alternativo de Governo Lula (PAG).
- Denunciar a esterilização em massa que vem ocorrendo no país.
 - Cobrar de nossas prefeituras que implementem programas de atendimento integral à saúde da mulher.

Violência

- Incluir no estatuto do PT item referente à proibição da violência contra a mulher, criança e homens.
- Que os casos de violência contra a mulher, ocorridos dentro do PT, sejam denunciados em órgãos públicos e que se instale Comissão de Ética juntamente com a Secretaria de Mulheres local.
 - O PT deve realizar, junto com outras entidades, uma campanha de esclarecimento e combate à violência contra a mulher através de material informativo sobre o que é a violência contra a mulher, suas formas de manifestações, como evitá-las e como e onde denunciar.
 - As Secretarias de Mulheres devem organizar debates, seminários de avaliação sobre a finalidade das delegacias de mulheres, qual relação desta com o movimento de mulheres e como, em nível institucional, podemos contribuir para uma melhor estruturação e funcionamento das delegacias de mulheres.

Políticas públicas

Embora não incluído na pauta como tema de grupo de interesse, na prática o tema despertou interesse de um grande número de mulheres presentes, que dessa forma criaram um espaço para trocar experiências e conhecer os trabalhos desenvolvidos por petistas que atuam ou atuaram em organismos de mulheres em cidades administradas pelo PT. Na discussão surgiram diversas propostas:

- Realizar seminário nacional de mulheres para discutir políticas públicas (o

que são, qual o acúmulo do PT em relação ao assunto, balanço das experiências, relação das administrações, partido e movimentos sociais e tratamento dado aos organismos específicos de mulheres).

- Elaborar documento relatando nossas experiências (projetos, ações, programas, avaliações).

- A Subsecretaria Nacional deve assumir com urgência a questão de políticas públicas.

- Organizar banco de dados com projetos de lei referentes à questão da mulher, apresentados por parlamentares petistas.

- Recomendar às mulheres petistas que ocupam cargos nas direções do partido que participem das Secretarias de Assuntos Institucionais.

- Onde não há administração petista, devemos contribuir com documentos, matérias, experiências, para o fortalecimento do movimento organizado.

Guerra na Bósnia³

Nós, mulheres, reunidas no IV Encontro de Mulheres Nacional do Partido dos Trabalhadores, no dia 30 de maio de 1993, propomos ao Encontro Nacional do PT que se manifeste junto às Nações Unidas sobre a violação de mulheres como armas de guerra na ex-Iugoslávia.

Nessa guerra, além de toda a destruição que tem causado aos habitantes desse lugar, têm sido praticados crimes contra as mulheres sem precedentes na história – a utilização da chamada “operação de limpeza étnica”: soldados sérvios isolam mulheres e crianças, em sua maioria muçulmanas, em campos de prisioneiras, cometendo todo tipo de violência e abuso sexual – mais de 20 mil mulheres e crianças foram estupradas.

A violação da mulher se converteu em estratégia militar do exército iugoslavo e das tropas paramilitares. Mais de 35 mil mulheres e crianças foram capturadas em campos “de violação e extermínio”.

O Partido dos Trabalhadores se manifesta exigindo:

- Que o estupro seja declarado crime de guerra, e que se crie um tribunal internacional para tratar deste tipo de crime.

- Que os campos de violação e extermínio sejam fechados, as mulheres e crianças libertadas.

- Que as mulheres vítimas de violação na guerra tenham liberdade de decidir sobre o direito ao aborto.

O Partido dos Trabalhadores se solidariza nos esforços de muitas organizações de vários países em dar ajuda direta às mulheres engravidadas, criando condições para que possam realizar aborto quando desejarem.

(Sub)Secretaria Nacional de Mulheres do PT⁴

Mais uma vez reafirmamos nossa proposta: queremos nos organizar como uma secretaria do partido. E ampliar o processo de organização de Secretarias de Mulheres em todos os Estados.

Foi eleita a Coordenação da nossa Secretaria Nacional de Mulheres. Uma coordenação ampla, garantindo as condições de funcionamento das reuniões. Além das eleitas, a coordenação da Secretaria Nacional é aberta à participação de mais uma dos outros estados (indicadas pelas Secretarias de Mulheres Estaduais). E, sem dúvida, a secretaria tem como convidadas permanentes as companheiras eleitas para o Diretório Nacional.

IV Encontro Nacional de Mulheres do PT

Fonte: *Boletim da Secretaria Nacional de Mulheres do PT*, nº 1, agosto de 1993.

NOTAS

¹ A Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos (Women's Global Network for Reproductive Rights) é uma entidade que tem sede nas Filipinas e tem como objetivo formar uma rede entre as entidades feministas do mundo todo para defesa dos direitos reprodutivos da mulher, cujas ações tiveram início no final dos anos 1980. (N. da Ed.)

² Católicas pelo Direito de Decidir é uma organização não governamental feminista fundada no Brasil em 8 de março de 1993. (N. da Ed.)

³ A guerra pela independência da Bósnia começou em 1992 entre sérvios, croatas e muçulmanos. Foi um dos conflitos mais sangrentos da Europa depois da Segunda Guerra Mundial. (N. da Ed.)

⁴ A Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT, então vinculada a Secretaria Nacional de Movimentos Populares, existia desde 1993, mas a organização das mulheres data dos primeiros anos de vida do partido. A criação da Secretaria Nacional de Mulheres foi referendada na reunião do Diretório Nacional em 4 e 5 de maio de 1996. (N. da Ed.)

n) MOÇÃO

À Câmara Federal

Nós, mulheres do PT, sempre defendemos o direito ao livre exercício da sexualidade, do controle sobre o próprio corpo e o direito ao prazer.

Todas reconhecemos que a sexualidade se expressa de diferentes formas, homo, bi ou heterossexual.

O VI Encontro Nacional de Mulheres apoia o Projeto Parceria Civil Registrada¹ entre pessoas do mesmo sexo, apresentada pela deputada federal Marta Suplicy à Câmara Federal. O projeto cumpre um importante papel de legitimar as relações existentes e possibilitar às pessoas homossexuais saírem da clandestinidade e serem respeitadas como cidadãs e cidadãos.

A aprovação do projeto representará um avanço significativo na conquista de uma sociedade justa, democrática e plural.

Cidadania, direito de todos e todas!

VI Encontro Nacional de Mulheres do PT
Belo Horizonte (MG), 20 a 22 de junho de 1997

Fonte: Partido dos Trabalhadores. *Moção anexa às resoluções do VI Encontro Nacional do PT*, Belo Horizonte, 20 a 22 de junho de 1997. Acervo CSBH-FPA. 1p.

NOTA

¹ Trata-se do Projeto de Lei n. 1.151, de 1995, proposto por Marta Suplicy durante seu mandato como deputada federal. (N. da Ed.)

o) ELEIÇÕES 98: UM OLHAR DE GÊNERO

Estamos em mais um ano eleitoral em nosso país.

A conjuntura política nacional, marcada pelo aceleramento das reformas estruturais tem, ao longo do período, colocado como desafio para os (as) trabalhadores (as) a definição de estratégias e formas de lutas cada vez mais emergentes no enfrentamento aos ataques dos direitos sociais e conquistas da classe trabalhadora.

Especificamente com relação às mulheres, temos sido duramente atacadas pelo neoliberalismo de FHC e seus aliados.

A redução do emprego formal atinge de maneira acelerada o contingente da mão de obra feminina, que se constitui hoje como a imensa maioria dos desempregados e subempregados; realidade facilmente visível no grande número de mulheres envolvidas em atividades de baixa produtividade, no comércio ambulante; na indústria as mulheres se concentram no processo de terceirização, nas atividades de restaurante, copa, limpeza, telefonia, etc.

No setor rural, continuam sendo discriminadas no processo de reforma agrária e na sua própria identidade de trabalhadora rural, uma vez que, para o Incra¹, a existência de um homem na família impede a mulher de receber o lote em seu nome, dificultando o acesso destas ao crédito rural e às novas tecnologias de produção. Nesse sentido, as mulheres são “colocadas” no papel de dona de casa e ajudante de seu companheiro no cultivo da terra.

A recente queda da estabilidade dos servidores públicos inevitavelmente afetará em primeiro lugar as mulheres, na medida em que, no setor de educação, as mulheres totalizam 75% e no setor de saúde, atingem 80%.

O desmantelamento da educação pré-escolar promovido pela LDB² retirou de cena as creches de 0 a 6 anos, o que impulsiona as mulheres a procurarem saídas domésticas para a guarda dos(as) filhos(as) ao saírem para o trabalho. Na maioria das vezes contratam outras mulheres, ou deixam a responsabilidade para as filhas maiores, ou até mesmo nas ruas, aumentando ainda mais a situação de risco das crianças. Essa situação aprofunda consideravelmente o nível de sobrecarga emocional e de trabalho das mulheres.

A partir desse quadro, o debate eleitoral assume proporções estratégicas para o enfrentamento das mulheres contra o neoliberalismo.

A agenda programática do PT para 1998 deve colocar visivelmente o olhar de gênero sob a conjuntura nacional, e traduzir no seu discurso as propostas das mulheres no sentido da construção da igualdade entre os gêneros e principalmente de combate à situação de violência e exclusão social imposta às mulheres pelo neoliberalismo.

Fonte: *Lilith*. Informativo Bimensal da Secretaria Estadual de Mulheres do PT/RN, nº 2, março de 1998.

NOTAS

¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia

federal criada em 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. (N. da Ed.)

² Trata-se da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, Lei n. 9.394, de 1996. (N. da Ed.)

p) ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO PT

As mulheres do PT têm buscado ao longo desses anos construir as condições necessárias para o avanço do partido como um todo, em relação ao feminismo, ao movimento de mulheres e às questões de gênero, com o objetivo de integrar o conjunto partidário na luta contra um sistema social baseado na injustiça, exploração e opressão das mulheres.

O fortalecimento da participação política das mulheres tem alimentado o PT na construção dessa nova sociedade mais igualitária. Hoje, a história das mulheres do PT se confunde com a história do próprio partido e tem reconhecimento interno e externo, sendo motivo da legitimidade do partido quando discorre sobre o tema ou implementa ações específicas levando em conta as necessidades políticas das mulheres.

A maior parte das mulheres organizadas que militam em sindicatos, partidos ou entidades mistas enquanto mulheres, e que fazem parte do campo democrático popular, compartilham do nosso ponto de vista e buscam vincular o feminismo a um processo global de transformação social. Um programa feminista para a maior parte desse movimento deverá levar em consideração a articulação das reivindicações feministas dentro de um programa democrático e socialista e que assuma o compromisso de combater a discriminação de gênero e raça.

A elaboração feminista do PT, principalmente para os programas governamentais, inclusive municipais, há bastante tempo tem colocado a necessidade de articular formas de lutas diretas. E que tenha posições definidas de autonomia frente aos governos, reivindicando intransigentemente a garantia dos direitos das mulheres e uma política que contribua para a construção das condições de igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos.

Após quase duas décadas de existência do PT, é importante não só resgatar a participação efetiva e eficaz das mulheres na sua construção, como também as várias etapas da sua organização interna.

Fonte: *PT Informa – Mulheres*. Secretaria Nacional de Mulheres do PT, junho de 2004.

q) RESOLUÇÃO EM APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A busca da igualdade e o enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres fazem parte da luta das mulheres do PT pela construção de uma sociedade justa, solidária, democrática e igualitária.

Romper com a opressão das mulheres, assegurar direitos iguais e construir a equidade tem sido na atuação das mulheres seja na organização partidária seja nos movimentos sociais e nos espaços institucionais.

As mulheres do PT sempre estiveram à frente das principais lutas e da construção de políticas públicas para as mulheres e têm, nas gestões democráticas e populares, implementado ações e políticas que contribuem para alterar significativamente a vida das mulheres.

Em 2004 ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, um marco histórico para o fortalecimento e organização do movimento de mulheres e feminista e também para a consolidação de políticas públicas que contribuem para a alteração das relações desiguais entre homens e mulheres.

Na conferência, com grande participação das mulheres petistas, aprovamos como principais eixos e diretrizes políticas: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista, saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, e enfrentamento da violência contra as mulheres.

Esses eixos permitiram ao Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, elaborar um Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres que reafirma nossas principais bandeiras de luta e construção políticas.

Para isso, queremos reafirmar o acúmulo e as ações já implementadas pelas mulheres petistas ao longo desses anos e referendar as ações e propostas apontadas na Conferência Nacional e hoje detalhadas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a saber:

Criação de organismos de governo como as coordenadorias/secretarias de mulheres ligadas ao gabinete dos/as prefeitos/as, com *status* de secretaria e com dotação orçamentária própria, a exemplo do que hoje ocorre com o Governo Lula, e que sejam responsáveis pela elaboração, articulação e acompanhamento das políticas para as mulheres nos governos.

Reconhecimento dos pressupostos e instrumentos reguladores da democracia no Brasil e dos acordos internacionais na área dos direitos humanos e dos direitos das mulheres já assinados pelo Brasil como, por exemplo, a Declaração e Plataforma de Ação da II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena), Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (Cairo); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Belém) e a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim); para citar algumas delas.

Implementação de políticas públicas que ampliem os direitos das mulheres e que assegurem princípios como a igualdade e respeito à diversidade, equidade, auto-

nomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparências dos atos públicos; participação e controle social.

Neste momento, e como resultado das orientações e diretrizes aprovadas na Conferência Nacional, o governo criou a comissão tripartite para revisão da legislação punitiva referente à interrupção da gravidez. As mulheres do PT e a Secretaria Nacional de Mulheres vêm debatendo e têm acumulado resoluções partidárias e apresentado várias propostas de formulação de políticas para que possamos cada vez mais assegurar às mulheres qualidade de vida, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Considerando as razões citadas, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, através desta resolução, apoia a implementação do *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* por parte do Governo Federal, reafirmando, assim, seu compromisso com o cumprimento dos anseios claramente expressos pela sociedade brasileira.

Secretaria Nacional de Mulheres do PT

Fonte: Secretaria Nacional de Mulheres do PT, dezembro de 2005. Acervo CSBH-FPA. 1p.